

## DEDICATÓRIA

À minha família e namorada  
pela sua compreensão e apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Major de Infantaria Silva Rita que, como orientador demonstrou grande disponibilidade, mesmo estando a desenvolver a sua tese, apoiando-me desde o início e oferecendo-se sempre para prestar a sua ajuda a desenvolver este trabalho.

A todos os restantes Oficiais e Civis desta casa, que contribuíram de uma forma indirecta, através da disponibilização de documentos. A todos estes os meus sinceros agradecimentos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu curso de Infantaria, por todo o apoio e amizade ao longo destes anos na Academia Militar.

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ANEXOS.....	IV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	V
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
1. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO SUBVERSIVO.....	5
1.1 Manobra Subversiva.....	6
1.2 Desenvolvimento do fenómeno subversivo.....	9
1.3 Causas da Subversão.....	11
2. A MANOBRA CONTRA-SUBVERSIVA.....	14
2.1 Manobra Política.....	16
2.2 Manobra sócio-económica.....	18
2.3 Manobra Psicológica.....	20
2.4 Manobra de Informações.....	22
2.5 Manobra Militar.....	23
3. FENÓMENO SUBVERSIVO EM ÁFRICA.....	25
3.1 Subversão em Angola.....	27
3.2 Subversão na Guiné-Bissau.....	30
3.3 Subversão em Moçambique.....	33
4. CONFLITO NO AFEGANISTÃO.....	35
4.1 Análise comparativa.....	39
CONCLUSÕES.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXOS.....	48

## ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A – Mapas de Angola .....	48
ANEXO B – Mapas da Guiné-Bissau .....	49
ANEXO C – Mapas de Moçambique .....	50
ANEXO D – Mapas do Afeganistão .....	52
ANEXO E – Mapas relativos à segurança no Afeganistão .....	53

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das principais cidades de Angola e os países limítrofes.....	48
Figura 2: Relevo e hidrografia de Angola.....	48
Figura 3: Mapa das principais cidades da Guiné-Bissau e países limítrofes .....	49
Figura 4: Relevo e hidrografia da Guiné-Bissau.....	49
Figura 5: Mapa das principais cidades de Moçambique e países limítrofes .....	50
Figura 6: Relevo e hidrografia de Moçambique.....	51
Figura 7: Mapa das principais cidades do Afeganistão e países limítrofes.....	52
Figura 8: Relevo e hidrografia do Afeganistão .....	52
Figura 9: Mapa da acessibilidade da ONU.....	53
Figura 10: Mapa do Sumário da Segurança no Afeganistão .....	54

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

EUA	Estados Unidos da América
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
HIG	Hezb-E-Islami Gulbuddin
NATO	North Atlantic Treaty Organization
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
TO	Teatro de Operações
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## RESUMO

O presente trabalho desenvolve-se em torno do fenómeno político que é a subversão, ao seu estudo aplicado no conflito da guerra colonial portuguesa de 1961-1974 e no conflito que se iniciou no Afeganistão em 2001 depois da operação “Enduring Freedom”. O trabalho centra-se sobretudo na pesquisa documental, com o intuito de analisar numa primeira fase o fenómeno subversivo; numa segunda fase a sua antítese que é a contra subversão; na terceira fase é composta por uma análise da guerra colonial portuguesa de 1961 a 1974, e por fim numa última fase estuda o actual conflito no Afeganistão, culminando com uma análise comparativa entre ambos os teatros de operações.

O trabalho orienta-se de forma a comparar estes dois conflitos. Procura compreender quais são os pontos de semelhança entre o fenómeno subversivo de entre 1961 a 1974, para a actualidade.

Chegou-se à conclusão que o fenómeno subversivo apresenta algumas diferenças ligeiras. Não obstante, ainda existem muitas semelhanças, e inseridas nestas semelhanças encontram-se alguns dos factores mais importantes nos quais se desenrola a manobra subversiva, são eles o controlo da população e a existência de apoio externos.

Propõe-se a reformulação dos cinco manuais elaborados pelo exército português intitulados de “O Exército na Guerra Subversiva”, de forma a conseguirem responder aos desafios de uma nova realidade internacional.

Palavras-chave: SUBVERSÃO; CONTRA-SUBVERSÃO; POPULAÇÃO; PODER.

## ABSTRACT

The present work develops around the political phenomenon that is the insurgency, its study applied to the conflict of the Portuguese colonial war from 1961 to 1974 and the conflict that started in Afghanistan in 2001 after the operation “Enduring Freedom”. The work is focused mainly in the documental research, with the intention of analyzing, in a first stage the insurgency phenomenon; on a second stage its contraposition that is the counterinsurgency; the third stage is composed by an analysis of the Portuguese colonial war from 1961 to 1974; culminating with a comparative analysis between both Operational Theaters.

The work is oriented in a way that compares both conflicts. It pursuits to understand what are the points of resemblance between de insurgency from 1961 to 1974 to the present.

It came to the conclusion that the insurgent phenomenon presents some slight differences. Despite that, there still are many resemblances, and inserted in these resemblances are some of the factors that are the most important in which the insurgent maneuver is developed, they are the population and the external support.

It proposes to reformulate the five manuals elaborated by the Portuguese army entitled “The army in the insurgency war”, in a way that they could answer the challenges of a new international reality.

Key words: INSURGENCY; COUNTERINSURGENCY; POPULATION; POWER

## INTRODUÇÃO

Na entrada do novo milénio o mundo continua com grandes incertezas, e são evidentes as mudanças na actual conjuntura mundial. Na extinção do ex-bloco Soviético todos pensaram que o mundo iria passar por uma paz duradoura e sem conflitos, com a consequente hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e o fim da ameaça comunista.

Tal não aconteceu, com o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a ameaça que estava bem definida desapareceu, e deu lugar a um período bastante conturbado a nível mundial.

A instabilidade é criada por novos tipos de ameaça, do qual os acontecimentos de Nova Iorque, Madrid e Londres, são um trágico exemplo.

Num mundo onde cada vez mais o Estado soberano tem novos e mais complexos desafios, onde as novas tecnologias modificaram a forma como a sociedade convive, onde cada vez mais existe um ressurgimento dos nacionalismos e fundamentalismos religiosos. Este cenário, entre muitos, facilita o crescimento e o dispersar da violência internacional não-estatal.

Hoje, a violência global manifesta-se sobretudo de uma forma dissimétrica<sup>1</sup>, não tem uma origem clara, pode surgir em qualquer lugar e apresentar um aspecto subversivo.

O nosso estudo, que se denomina de “Guerra de Subversão – Comparação entre a Guerra Colonial e a Guerra no Afeganistão”, visa assim clarificar melhor este conceito de subversão que tanto acompanha a história da humanidade, que segundo a actual conjuntura mundial e com a preponderância por parte dos EUA, mais frequentemente tem sido mediatizado, e tem sido a “arma” escolhida para combater os EUA.

### Definição do Problema e Metodologia

Este trabalho tem como questão central: Será que a guerra subversiva levada a cabo contra os Portugueses se aplica no actual conflito no Afeganistão entre a OTAN e os Taliban?

As questões que derivam da questão central são as seguintes:

- Quais as diferenças entre os Teatros de Operações (TO) nas colónias Portuguesas de 1961-1974 e o actual TO no Afeganistão?

---

<sup>1</sup> É a procura, por parte de um dos combatentes, duma superioridade qualitativa e/ou quantitativa (Antunes, 2003, p.7)

- Quais as diferenças na manobra subversiva usada no Teatro de Operações nas Colónias Portuguesas de 1961-1974 e no Afeganistão?
- Qual a dimensão temporal do fenómeno subversivo entre a guerra colonial portuguesa de 1961-1974 e o actual conflito no Afeganistão?

Assim neste trabalho levantamos as seguintes hipóteses:

- O actual TO no Afeganistão possui muitas semelhanças com o TO da guerra colonial Portuguesa de 1963-1974 em termos de subversão.
- A manobra subversiva utilizada pelos insurgentes no Afeganistão é similar à utilizada nas colónias Portuguesas.
- O fenómeno subversivo tem-se mantido imutável desde a guerra colonial portuguesa de 1961-1971 até ao presente conflito no Afeganistão.

A investigação científica em sentido geral requer, para constituir ciência, resposta a uma série de preceitos como a sistematização dos dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica. Requisitos que procuramos cumprir com este nosso estudo. O nosso percurso metodológico iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, incidindo sobre documentação indirecta, ou seja fontes escritas, designadamente doutrina nacional, doutrina OTAN e doutrina americana. Recorremos também a publicações periódicas, documentos electrónicos e a documentos fornecidos por Oficiais, sendo estas últimas fontes secundárias. Este trabalho de investigação baseia-se essencialmente em pesquisa de livros e de publicações diversas. Privilegiamos a análise de documentação oficial e única existente no Exército.

Para isso iremos utilizar o método científico sistemático, que assenta na interpretação dos acontecimentos e o método dedutivo porque vamos partir de um raciocínio geral para atingir um particular.

### **Definição de conceitos**

A ideia de subversão e de guerra subversiva já existe há bastante tempo, sendo que existe uma referência a esta desde a antiguidade com Sun Tzu (século IV), aparecendo os primeiros estudos incisivos sobre a matéria, apenas na segunda metade do século XVIII, com Jean de Folard (1730) e Augustin Grandmaison (1756), no século XIX, com Carl Von Clausewitz (1819), Le Mière de Corvey (1823), Marechal Lyautey (1933) e, no século XX, Thomas Edward Lawrence (1920), Nguyen Giap (1961), Mao Tsé-Tung (1969) e Amílcar Cabral (1974) (Garcia, 2005, p.2).

Existem muitos conceitos de subversão, mas todos eles na sua ideia principal referem que é uma acção de insubordinação, revolta, de forma a mudar o governo em vigor. De

forma a evitar complicação entre conceitos, para nós a subversão é *“an organized, protracted politico-military struggle designed to weaken the control and legitimacy of an established government, occupying power, or other political authority while increasing insurgent control”* (FM 3-24, 2006, 1-1).

O conceito de subversão e guerra de subversão pode muitas vezes ser confundido, porque a subversão nem sempre implica a guerra subversiva. Assim, a guerra subversiva é a *“luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”* (EME, 1963a, Cap. I, p.1).

A guerra subversiva inicia-se muitas vezes sem o recurso à violência, e normalmente está sujeita, *“a uma ideologia política de um grupo organizado, que actua conscientemente, com planeamento, preparação e conduta na actuação contra o Poder estabelecido”* (Couto, 1989, p. 212). A guerra subversiva pode ou não ser ajudada e reforçada a partir do exterior, neste último caso mesmo como uma forma de agressão de um país a outro. Pode ainda ser levada a cabo contra as autoridades legais, ilegais ou contra forças de ocupação. A população nestes casos torna-se o centro de gravidade para se levarem a cabo os fins em vista (EME, 1963a, Cap. I, p.2).

É necessário então clarificar alguns tipos de conflito, que apesar não serem sinónimos de guerra subversiva, são muitas vezes erradamente confundidos. São elas: guerra de guerrilha, revolucionária e insurreccional.

A guerra insurreccional é *“uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o Estado”* (EME, 1963 a, Cap. I, p.4). Este conceito é mais amplo que o de guerra subversiva, visto que a guerra insurreccional não é obrigatoriamente levada a cabo pela população civil, como é o caso da subversiva; mas por outro lado é mais restrito, pois uma guerra subversiva não necessita de ser levada a cabo contra o Estado, mas contra as autoridades de ocupação, logo certas guerras insurreccionais serão subversivas assim como as guerras subversivas poderão ser insurreccionais.

A guerra de guerrilha não corresponde a um conceito em si, mas a uma tática adoptada com o emprego de meios e processos com carácter restrito. *“É uma guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras dispersas e clandestinas, contra forças que controlam um dado território”* (EME, 1963a, Cap. I, p. 3). Não deixa de ser então uma das formas de levar a cabo uma guerra subversiva, e encontra nesta um campo de acção ideal.

O conceito de guerra revolucionária foi utilizado pela primeira vez por Marx e Engels. Este tipo de acção tem bastantes semelhanças com a guerra subversiva, mas esta é mais pormenorizada em três aspectos: *“na doutrina seguida pelos elementos que a conduzem; nos objectivos particulares a atingir; e nos meios e processos a empregar”* (EME, 1963a,

Cap. I, p.6). A guerra revolucionária tem como objectivo último o estabelecimento do comunismo. É de notar também que a guerra revolucionária pode compreender o uso de meios convencionais ou até nucleares, bem como a guerra subversiva. *“Ainda que a guerra revolucionária englobe guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas poderão ser incluídas no contexto de guerra revolucionária”* (EME, 1963a, Cap. I, p.7).

É oportuno referir que incluímos o conceito de subversão num contexto alargado e mais abrangente para a execução deste trabalho, onde são reunidos outros conceitos como guerra subversiva e guerra revolucionária. Por isso daqui em diante serão referidas indistintamente. Ao passo que as guerras são sempre um processo violento, a subversão por vezes pode ser só a manipulação das vontades.

### **Síntese de capítulos**

Pretendendo responder aos objectivos deste trabalho, estruturámos o estudo em quatro partes distintas, mas interligadas. Na primeira fase descrevemos o fenómeno subversivo, ou seja, como e que este aparece e as suas características principais. Na segunda parte falamos então um pouco das formas de fazer face à subversão e as medidas que podem ser implementadas para a contrariar. Numa terceira parte iremos fazer um estudo sobre a subversão nas colónias portuguesas para que, numa última parte a possamos comparar com o que se está a passar actualmente no Afeganistão.

No final apresentamos as conclusões derivadas da nossa investigação, no sentido de dar resposta à questão central por nós levantada, bem como às questões derivadas, sem esquecer as hipóteses, para posteriormente, com base nas conclusões, enunciarmos um conjunto de propostas no sentido de colmatar as lacunas identificadas.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO SUBVERSIVO

O factor dominante da subversão, na sua fase inicial, consiste na sua diferença de potencial militar face ao seu adversário, que na maior parte das vezes é o Estado. Isto faz com que, não estando em condições para afrontar directamente o potencial do Estado, tem que recorrer a outras formas de coacção não militares. A subversão vai executar então várias acções de cariz psicológico, diplomático, económico e de política interna (CECA, 1990; FM 2-24, 2006).

O fenómeno subversivo é então progressivo no seu desenvolvimento, que começa praticamente do nada. Devido a isto tem que aproveitar bem os meios que vai acumulando, os processos de acções decorrentes de outras subversões e os resultados da própria actuação (Alves, 1992), de forma a conseguir ter boas bases para assim prosseguir com a sua manobra subversiva. Pode ter como objectivos políticos a criação de uma nova sociedade, a simples modificação do regime existente, a substituição das autoridades que exercem o Poder ou a modificação de políticas do antecedente (Couto, 1989, p.215). Mas para atingir a vitória, depende sempre da capacidade do grupo em mobilizar o apoio necessário para os seus interesses políticos, muitas vezes baseados em motivos religiosos ou étnicos (FM 3-24, 2006).

A subversão tem como objectivo desgastar e conseqüentemente conquistar o poder político, mas para isso tem que atingir a opinião pública, utilizado para isso a lei da psicologia e da psicossociologia, de forma a melhor compreender as necessidades da população. *“Podemos considerar que o enquadramento colectivo e a preparação psicológica são a base de toda a manobra subversiva”* (Giap, 2005, p.13), o primeiro é fundamental para que se consiga mobilizar a opinião pública, uma vez conseguido isto, e através de uma manobra psicológica bem aplicada, vai permitir que se consiga aplicar à população uma ideologia política.

O facto de uma sociedade estar a passar por graves dificuldades e problemas a nível das classes mais baixas, nem sempre é um motivo para a subversão. Apesar de estes serem bastante favoráveis para o aparecimento desta. Por vezes as sociedades são mais propensas à agitação social quando as condições estão a começar a melhorar e as expectativas da população a subir, e não quando as condições são as piores. Por exemplo quando terminam as operações de combate, as populações podem ter expectativas irrealistas sobre a capacidade da força invasora, ou não, de melhorar as suas vidas. O conseqüente descontentamento pode ser aproveitado para alimentar a agitação e o fenómeno subversivo. Os *média* podem ajudar a criar um sentido de privação e assim alimentar mais o sentimento de agitação por parte de uma população<sup>2</sup> (FM 3-24, 2006).

---

<sup>2</sup> Caso que aconteceu com os Estados Unidos da América no fim da segunda Guerra do Iraque

Para isto é necessário um agente catalisador que desperte a consciência da população para os problemas que esta está a ultrapassar, de forma a acender mais o sentimento subversivo e a ampliar estes problemas. É necessário também, devido ao sentimento de conformidade e de inércia que estão inerentes a muitas sociedades, vencer esta tendência, pois muitas pessoas não gostam de mudanças no seu estilo de vida, mesmo que este seja bastante desagradável.

Apesar de assentes em factores favoráveis comuns, cada situação deve ser estudada individualmente. A adequada exploração das causas, a vontade firme, a persistência, a atitude humilde, a actuação psicológica e a actividade de Informações, se bem geridas permitirão, a seu tempo, obtenção de frutos (Alves, 1992, p.153).

Na subversão não existem guerras rápidas. Pelo contrário, esta privilegia o desgaste do poder estabelecido. “*O factor tempo não é imperativo, e não dispõe de meios para grandes cometimentos, procura obter na lassidão do adversário, isto é, nos seus cansaço e esgotamento, a sua capitulação*” (Alves, 1992, p.151). Garantida a mobilidade, a segurança (na forma de negação de alvos ao inimigo), o tempo e a doutrina, a vitória ficará com a subversão (Lawrence, 2009).

### **1.1 Manobra Subversiva**

A subversão recorre a um conjunto de técnicas destrutivas, cujo emprego visa sempre destruir, desmoralizar o adversário, aniquilar, desmembrar ou, por vezes, apenas intimidar, e paralelamente técnicas construtivas que têm como objectivo organizar, doutrinar, construir, conseguir apoios, ao enquadramento e controlo da população captada pela subversão (Alves, 1992, p.157; Couto, 1989, p.229).

Desenvolve assim uma manobra que se subdivide em manobra interna, manobra externa e manobra por lassidão.

A manobra interna, no interior do estado, é constituída por três aspectos bem diferenciados: psicológica interna, agitação e flagelação (CECA, 1990, p.74).

A manobra psicológica interna tem como finalidade agir sobre o moral, e modificar o comportamento e as atitudes da população, ou seja, alterar a mentalidade das massas, com o intuito de influenciar as suas opiniões, os seus sentimentos e as suas crenças. Com isto a força subversiva vai operar a transição da população de um universo político, para outro que seja favorável à subversão. Podemos considerar que o enquadramento colectivo e a preparação psicológica são a base de toda a manobra subversiva (Couto, 1989, p.215)

É necessário, então, actuar com um bom conhecimento do meio humano a fim de se conseguir determinar quais são as suas motivações principais, isto é, quais são os factores capazes de desencadear reacções na população que sejam vantajosas para a subversão,

quais as classes ou meios que reagem a essas motivações, e que atitudes vão ser despoletadas por parte da população face a essas reacções (CECA, 1990, p. 74).

É necessário traduzir o pensamento da subversão em ideias-força<sup>3</sup>, que deverão estar em sintonia com as motivações. Nas guerras subversivas não podem existir vocábulos apolíticos ou neutrais. As próprias palavras são armas empregues para isolar e confundir o adversário, motivar amigos e atrair indecisos (Couto, 1989, p.237; EME, 1963a, Cap. I. p.20); a doutrinação das populações deve conseguir, por um lado, uma atitude permanentemente hostil face aos invasores e, por outro lado, a protecção e apoio aos guerrilheiros (Giap, 2005, pp.75-76).

A agitação tem como objectivo influenciar a população para que esta, directamente, demonstre o seu descontentamento face às autoridades, criando assim por um lado, dificuldades a esta, e levando também à instabilidade no território<sup>4</sup>. Indirectamente contribui para fomentar um estado de tensão, que vai dar origem à prática de actos de indisciplina social, e estes por sua vez darão origem à repressão por parte do Poder (CECA, 1990, p.74).

Os movimentos subversivos, em certas regiões, podem colocar as populações sob uma das seguintes situações, conforme a evolução da estabilidade desses grupos populacionais em relação às áreas controladas pelas Forças Armadas ou pelas Autoridades Administrativas: controlo por parte da subversão; controlo por parte da contra-subversão; controlo duplo<sup>5</sup> (EME, 1963, Cap. I, pp.20-22)

A flagelação está a cargo das forças paramilitares ou elementos militarizados, e visa essencialmente reduzir a capacidade de resposta das forças de contra-subversão, dificultando certas actividades e serviços essenciais. Procurando sempre conseguir atingir as condições para passar à acção militar clássica. A incorporação do Povo na guerra deve ser progressiva, permitindo à vanguarda combatente escapar ao esgotamento ou ao aniquilamento. (Couto, 1989, pp.243-253).

As acções de flagelação podem ser levadas a cabo por: terrorismo, interdição de comunicações, emboscadas, golpes de mão, ou acções tácticas de maior envergadura (CECA, 1990, p.75).

Em alguns casos, a violência por parte das forças subversivas, bloqueiam o sucesso do Poder. Por exemplo, aos olhos de alguns, um governo que não consiga providenciar a segurança à sua população, não tem o direito de governar, logo estas vão procurar o

---

<sup>3</sup> “*Ideia básica apresentada pela propaganda como justificação dos seus objectivos, convenientemente escolhida por forma a ser a que mais espontaneamente consegue a adesão das massas, levando-as a agir com entusiasmo em direcção favorável aos seus próprios anseios e aos desígnios da propaganda*” (EME, 1963, Anx., p.19)

<sup>4</sup> Thomas Edward Lawrence referiu que a rebelião pode ser feita por 2% de uma força activa e por 98% de simpatizantes pacíficos (2009). O caso peruano demonstra exactamente isso, pois um pequeno número de pessoas (cerca de 180), bem treinadas e organizadas podem quase fazer cair um Estado com cerca de 20 milhões de pessoas em sensivelmente 10 anos (Manwaring, 2004).

<sup>5</sup> Controlo diurno por parte da contra-subversão e nocturno por parte da subversão ou o inverso.

elemento que a consiga providenciar, dando-lhe assim a legitimidade para governar (FM 3-24, 2006, 1-9).

O terrorismo<sup>6</sup> é uma das mais importantes formas de acção na subversão e tem como finalidade “*criar na população um clima de medo que a obrigue a apoiar a subversão ou, pelo menos, a não prestar auxílio às autoridades*” (EME, 1963a, Cap. I, p.17). Este é levado a cabo por elementos especializados, que se encontram misturados no seio da população, que actuam com efectivos muito reduzidos.

Estas acções de flagelação só devem ser levadas a cabo se o sucesso da missão for garantido, fazendo assim que esta tenha que actuar de surpresa e com rapidez, por vezes sendo necessário até retirar de seguida. Devem também possuir uma iniciativa ofensiva constante, que visa não deixar garantir a liberdade de acção por parte das forças de contra-subversão (CECA, 1990, p.75).

Um dos aspectos aos quais a manobra de flagelação se preocupa sempre é a garantia da segurança. Pode ser conseguida através da dissimulação dos seus efectivos pela população, no caso de serem efectivos pequenos. No caso de serem efectivos maiores, em países vizinhos, de preferência onde a nação, a qual pertençam as forças de contra-subversão, não consiga estender o seu controlo ou tenha uma influência significativa (FM 3-24, 2006, 1-16).

A manobra externa tem como fim atingir o exterior do território nacional e pode ser ao nível psicológico ou político. O primeiro é semelhante à manobra psicológica interna, e visa alcançar os mesmos efeitos, a criação de um clima favorável a subversão, mas no exterior (CECA, 1990, p.75).

A segunda, manobra política, visa conseguir o apoio de Estados estrangeiros. Este apoio pode ser político, psicológico, e recursos materiais que de outra maneira poderiam ser limitados ou inexistentes. Os motivos de apoio são variados, mas estes podem ser de Estados vizinhos, de diásporas, de guerrilhas exteriores, de refugiados, de organizações religiosas, de personalidades com fortuna pessoal e inclusive de grupos activistas de direitos humanos. Os Estados são mais motivados por questões geopolíticas do que por afinidades étnicas, ideológicas, ou religiosas (FM 3-24, 2006, 1-16; Garcia, 2006, p.8).

Por último temos a manobra por lassidão, esta encontra-se na essência de toda a guerra subversiva. É conduzida na intenção da longa duração, de forma a conseguir esgotar física e moralmente a força opositora, e também, o colapso económico e financeiro do Estado (CECA, 1990, p.76)

---

<sup>6</sup> “*Conjunto de acções violentas levadas a efeito por elementos subversivos com a finalidade de criar na população um clima de medo, entrar certas actividades e serviços essenciais e suprimir determinados indivíduos. Manifesta-se por atentados contra pessoas, individual ou colectivamente, e por sabotagens*” (EME, 1963, Anx., p.33), segundo a OTAN, o terrorismo é “*the unlawful use or threatened use of force or violence against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies to achieve political, religious or ideological objectives*” (AAP-6, 2008, 2-T-5)

## 1.2 Desenvolvimento do fenómeno subversivo

O desenvolvimento do fenómeno subversivo clássico está dividido em dois períodos e cinco fases, onde todas estas fases têm características diferentes. Onde nem sempre é possível estabelecer uma divisão entre estas, tudo se processará sem saltos, sem limites bem definidos que permita assegurar com precisão quando começa um e acaba outro (CECA, 1990, p.76). Convém referir que quando se abrevia muito uma determinada fase para passar para outra o mais rapidamente possível, os resultados se apresentam na generalidade maus (EME, 1963a, Cap. I, p.10). Verifica-se também que só após uma fase estar devidamente consolidada, se pode passar à fase seguinte, ao não acontecer isto pode por em causa todo o processo de Subversão. Isto faz com que seja um ponto fraco do fenómeno subversivo, pois o mecanismo da subversão é mais fácil de bloquear quanto mais cedo se começarem a tomar medidas contra ela (CECA, 1990, p.76).

Sendo assim os períodos da subversão são: o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, e o período insurreccional, que compreende a fase de consolidação da organização subversiva (de terrorismo e guerrilha), a de Estado subversivo e a fase final. O seu valor é relativo pelo que os conflitos devem ser estudados minuciosamente; *“a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea na totalidade do território-alvo; procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do período pré-insurreccional para o insurreccional”* (Garcia, 2005, p.15).

O período pré-insurreccional é de segredo, pelo menos no início, e a manobra é estudada e planeada. A acção subversiva não se manifesta, e só se sabe da sua existência a quando da mostra dos primeiros resultados. Na fase preparatória, a organização deverá compreender um órgão de direcção<sup>7</sup> e elementos que enquadrem a população, de recolha de informações, de ligação com o exterior e outros infiltrados na população (CECA, 1990, p. 77). Através da propaganda a subversão difundirá ideias e com notícias tendenciosas procurará despertar e agitar a população contra o poder estabelecido (EME, 1963a, Cap. I, p.11).

Na fase de agitação, apesar de ainda se desenvolver num ambiente clandestino, os resultados já começam a ser mais visíveis. Melhora-se e reforça-se a organização político-administrativa, os sistemas de informação, ligação e agitação são consolidados. *“O fenómeno subversivo encontra aqui o seu período crítico: ou responde eficientemente ou já não controla a evolução dos acontecimentos na generalidade, apesar de os poder controlar pontualmente, em determinados aspectos ou situações”* (Giap, 2005, p.16).

---

<sup>7</sup> “A criação de estruturas paralelas, naturalmente clandestinas, que irão permitir na altura própria controlar, utilizar e, finalmente, comandar, as estruturas principais” (Alves, 1992, p. 158).

Começam-se a desenvolver acções de propaganda intensas, conduzidas em todos os campos da sociedade e por todos os meios, com o objectivo de atingir a autoridade estabelecida, a população que habita nesse determinado território e também a opinião mundial (EME, 1963a, Cap. I, p. 11).

Nesta fase, vai-se aumentar a agitação na população, fomentando perturbações na ordem<sup>8</sup> de forma a ganhar o apoio dos “neutros”, elevar a moral dos revoltosos e dos seus apoiantes. Cria-se um clima de medo e descontentamento, de forma a criar dificuldades às acções das autoridades estabelecidas, a desmoralizar o Poder. Vistos agora como os responsáveis pela situação actual e considerado como opressivo ou repressivo. (Garcia, 2005, p. 16; EME, 1963a, Cap. I, p.11).

Na fase do terrorismo ou guerrilha intensificam-se as acções violentas, esta encontra-se no segundo período, ou seja, o insurreccional. A organização político-administrativa é completada para que consiga chegar a todo o território e assim conseguir enquadrar melhor a população. “*É a fase decisiva, pois é nela que se produz o desequilíbrio da população a favor da subversão*”, ou seja, a subversão fica em vantagem em relação ao Poder (EME, 1963a, Cap. I, p.12).

Nesta fase a activação dos grupos chave é simultânea com o terrorismo que atinge todo o seu desenvolvimento, as guerrilhas ou os bandos armados, iniciam a sua actividade, ou seja, como uma técnica de tomada do poder e caso seja necessário para perpetrar actos de terror. As guerrilhas sobrevivem devido à sua grande mobilidade e também em grande parte devido ao apoio das populações, como é defendido por Mao Tse-Toung, a guerrilha tem que procurar actuar no seio do povo como um peixe na água (EME, 1963a, Cap. I, p.19).

A subversão armada, através das suas acções, procuram instaurar o clima psicológico, fomentar a agitação, tentando sempre manter a excitação emocional começadas no período anterior, e se possível a anarquia. Neutralizam-se também os indivíduos que possam afectar a subversão.

Estas acções, através dos *média*, podem criar uma opinião amplificada dos acontecimentos, favorecendo a força subversiva. Criam a convicção pública de que o poder instituído não consegue fazer frente à subversão (Giap, 2005, p.17).

As acções armadas “*obrigam as forças de contra-subversão a dispersar as suas forças, a perder a liberdade de acção, a desgastar-se física e moralmente e a desacreditar-se perante a população*” (CECA, 1990, p.77).

A subversão entra então na quarta fase, a do Estado subversivo, esta é caracterizada pela criação de bases<sup>9</sup> onde se improvisam escolas e hospitais. Nessas bases pode ser estabelecido um governo rebelde, ou até mesmo no estrangeiro, dando origem a um

---

<sup>8</sup> Entende-se manifestações em massa, greves, alguma violência, etc.

<sup>9</sup> Zonas do território onde a subversão controla em vez do Poder vigente

“Estado Subversivo” (EME, 1963a, Cap. I, p.12). A guerrilha vai começar a adquirir uma postura idêntica à da força regular, procurando assim legitimar-se.

Por fim, a fase final, já com a “máquina” subversiva montada e consolidada, esta vai iniciar um exército convencional, a partir das bases de forma a conquistar e dominar todo o território recorrendo a operações convencionais. Têm como objectivo também, obter a total adesão da população obrigando a autoridade a capitular (CECA, 1990, p. 77).

### 1.3 Causas da Subversão

Em qualquer sociedade se pode verificar uma subversão, pois “*existem, em regra, em todos os Estados causas, motivações ou razões de todos os domínios aproveitáveis pelos agentes subversivos*” (Alves, 1992, p.152), ou seja, cabe aos elementos que vão levar a cabo a subversão, através da sua capacidade, da sua percepção, tratamento e exploração utilizar os meios que têm a sua disposição para seleccionar a motivação capaz de converter a população. Mas é nos países em vias de desenvolvimento, que os factores que contribuem para o aparecimento e evolução do fenómeno subversivo se encontram com mais força. É nas contradições dentro de um território, que causam muitas vezes antagonismos, que se encontram muitas vezes estes factores (CECA, 1990, p.53).

Existem uma série de factores e condições favoráveis à eclosão de uma subversão, que podem ser: de ordem social, política, económica, militar, psicológica.

De ordem social, o que se pode apontar como condições favoráveis serão as diferenças de classes, etnias e religiões<sup>10</sup>, o baixo nível de cultura, uma estratificação social que impeça o acesso às camadas superiores através do mérito próprio, as quebras das bases sociais tradicionais, pela influência de outras culturas e ideologias e o aparecimento de ideias-força, que prevêem melhores condições de vida a curto prazo (CECA, 1990, p.53)

De ordem política, o que pode provocar e levar a uma possível subversão é a possível existência de um governo corrupto ou incapaz de governar o território, a falta de dirigentes que sejam eficazes e competentes, a negação dos conceitos de liberdade, os constantes abusos às pessoas ignorando os direitos humanos, a falta de democracia entre outros. Os problemas vão começar a agravar-se e começam a surgir com mais frequência as perturbações na ordem e na lei (CECA, 1990, p.53). O poder político é a questão principal nas subversões, é necessário conseguir que as pessoas aceitem o novo poder ou a autoridade como legítima (FM, 2006, 1-1).

As causas de ordem económica podem ser devidas ao facto de a concentração de poder económico e a riqueza de um estado se encontre toda concentrada numa pequena

---

<sup>10</sup> As ideologias baseadas em formas extremas de religião ou identidades étnicas têm vindo a substituir as ideologias baseadas em ideais revolucionários. Estas formas de convicção, definem a identidade dos combatentes mais perigosos. (FM 3-24, 2006, 1-4).

minoría, enquanto o resto da população vive na miséria e numa situação de pobreza generalizada. A falta de indústrias ou a inadequação destas, o facto de a moeda estar instável, a incapacidade de o Estado conseguir produzir os produtos suficientes para fazer face ao consumo da população e devido a isso a fome que se instala na população pobre (CECA, 1990, p.54).

As populações rurais motivadas pela fome e pobreza refugiam-se ou imigram para os grandes centros urbanos que crescem a um ritmo desregulado. Essas comunidades migrantes vão-se instalar nas favelas, bairros da lata, das cinturas suburbanas em condições sub-humanas. Neste ambiente encontram terreno para emergir as mais diversas formas de subversão, como os gangs de rua (Manwaring, 2004, p.4)

De ordem militar, existem uma série de factores ou condicionantes que facilitam o encorajamento e aparecimento do fenómeno subversivo, a carência de equipamento e uma preparação deficitária das Forças Armadas e organização policial, a falta de coordenação e o desequilíbrio entre estas. Se existirem também muitas divergências entre as Forças Armadas e o Estado, se as próprias Forças Armadas se encontrarem divididas devido a falta de chefes competentes, e desobediência à hierarquia estabelecida, aumentam as probabilidades do aparecimento da subversão (CECA, 1990, p.54).

Por fim temos as causas de ordem psicológica, os factores que podem propiciar o aparecimento da subversão podem ser provenientes da inexistência de um sentimento de unidade nacional, uma falta de dinâmica ideológica, o sentimento de insegurança da população e a não identificação com os objectivos do governo e no sistema económico (CECA, 1990, p.55).

Todas as causas e condições atrás descritas não são o suficiente para que se inicie o fenómeno subversivo. Podem existir certas circunstâncias, próprias de cada região, que impeçam a sua inclusão. Ou até pode acontecer que estejam criadas todas as condições para a eclosão da subversão mas devido a circunstâncias esta não se verifique. O facto de o poder vigente efectuar uma demonstração de força que desmotive qualquer acção por parte dos insurgentes, ou até mesmo o próprio uso da força contra uma manifestação<sup>11</sup>.

Verifica-se assim que o fenómeno subversivo nem sempre aparece a quando estão reunidas as condições ideais para tal, nem são todas as sociedades que se revoltam quando tem a oportunidade de o fazer. A subversão também pode surgir, não estando reunidas todas as condições acima referidas (CECA, 1990, p.57).

São necessários pré-requisitos para que a subversão consiga eclodir. É preciso o apoio da população, pois ao contrário da guerra convencional, em que a população não é um factor fundamental, na guerra subversiva já o é. O apoio da população é fundamental, embora não necessariamente de toda ela. O seu controlo visa uma dupla finalidade, a primeira é defensiva, ou seja, de forma a evitar que o poder consiga voltar a dominar a

---

<sup>11</sup> Caso o que aconteceu na Birmânia em 1988 e depois em 2007.

população, através de promessas ou reformas; a segunda, num aspecto ofensivo, de forma a instaurar as lideranças necessárias e garantir o aproveitamento dos indivíduos de maior influência (CECA, 1990, p.58). O resultado final da subversão nunca é decidido pelas armas, os resultados dependem sim em ganhar o apoio político da população (Manwaring, 2004, p. V).

É necessária também uma convicção ideológica, pois ninguém quer combater se o motivo para isto não for suficientemente forte. As forças subversivas podem recolher recrutas e apoio popular através do apelo ideológico. É preciso uma razão que justifique e convença a população que aquele é o único meio para melhorar a suas condições de vida. Os grupos subversivos vão então canalizar a raiva e fornecer aos seus membros uma identidade, um propósito, uma comunidade e segurança física, psicológica e económica. As ideologias mais fortes são aquelas em que a população se encontra no seu cerne.

A visão rígida dos grupos extremistas significa que qualquer acção amigável que tenha como objectivo criar o bem entre a população, dificilmente os vai afectar. A ideologia do grupo pode ser tão forte que domina todos os outros assuntos, os diálogos e as negociações muito provavelmente irão ter um desfecho negativo (FM, 2006, 1-15).

Outro pré-requisito é o auxílio externo e os santuários, pois o acesso a estes desde sempre influenciou a eficácia das subversões. O auxílio externo pode ser tanto no campo das ideias como a nível de material. O primeiro pode ser prestado através da doutrina, da diplomacia e as lições aprendidas de casos semelhantes. No caso do segundo, o auxílio pode ser prestado através do fornecimento de equipamento militar, de voluntários, campos de treino, de fundos e até pelo corte de relações diplomáticas entre países (CECA, 1990, p.58).

Os santuários em países vizinhos, possibilitam às forças subversivas locais para estas reconstruírem e reorganizarem as suas forças, sem terem o receio da interferência por parte das forças contra-subversivas (FM, 2006, 1-16).

A liderança é um aspecto crítico para qualquer subversão. Esta como já foi explicado não é um simples acto de violência, necessita de um líder que consiga garantir uma visão, direcção, coordenação e coerência organizacional. As tarefas principais destes são a de quebrar as ligações entre a população e o governo e a transmitir um sentido de credibilidade ao movimento. A força subversiva tem também que garantir que o núcleo da liderança é suficientemente grande e está bem preparado para governar o território (Manwaring, 2004, p.44). O nível de descentralização condiciona a estrutura e os procedimentos operacionais. Quando a força subversiva se encontra muito descentralizada, esta raramente funciona como um corpo coerente, e dificilmente consegue tomar o poder, mas, são ao mesmo tempo muito difíceis de destruir e conseguem fomentar uma desordem que se prolonga por muito tempo (FM, 2006, 1-14).

Por último temos a disciplina, a força subversiva necessita que os seus apoiantes tenham uma grande força moral de forma a conseguir suportar uma guerra com muitas privações e sacrifícios durante um longo período de tempo (CECA, 1990, p.59).

## **2. A MANOBRA CONTRA-SUBVERSIVA**

A contra subversão é o fenómeno de oposição à subversão. A estratégia das guerras de cariz subversivo deve ser antagónica à estratégia contra-subversiva, que tem como objectivo final a protecção e o fortalecimento de todas as estruturas da região em causa, de modo a impedir que a subversão possa desencadear-se ou, se iniciada, possa ter êxito. A contra-subversão assenta em princípios de autoridade, o poder pode então utilizar como lhe aprouver todos os meios e legislação existentes para se opor à subversão. (Alves, 1992, p.159).

Para a prossecução deste objectivo a manobra divide-se em três objectivos intermédios o primeiro destes é o neutralizar e destruir a estrutura subversiva, o segundo consiste em preservar e fortalecer as forças da contra-subversão, e por fim preservar e obter a adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão (CECA, 1990, p.95).

Estes objectivos podem ser alcançados segundo técnicas destrutivas e construtivas e diversos tipos de processos como (CECA, 1990, p.98):

- Gerais, onde incluímos as actividades de informações, de acção psicológica e de anti-lassidão.
- Específicos de acção interna, onde são incluídos as acções militares, policial, psicológica, político-administrativa e socioeconómicas.
- Específicos de acção externa, militar, económica, política e psicológica.
- Processos especiais.

Os principais actores do ambiente subversivo são a população, as forças de subversão, as forças de contra-subversão e a comunidade internacional, todos eles a relacionarem-se e a condicionarem-se de uma forma dinâmica (Garcia, 2005, p.22).

Em quase todos os casos, as forças de contra-subversão têm que fazer face a uma população onde existe uma pequena minoria que apoia o poder e outra que apoia a subversão. O sucesso advém da capacidade do poder ser aceite legitimamente pela parte não comprometida, que representa a maioria da população, que inclui os apoiantes passivos de ambos os lados (FM 3-24, 2006, 1-20).

Utilizamos assim um modelo que nos permite um entendimento geral do fenómeno para a análise da subversão/contra-subversão. Para este modelo utilizado tivemos em consideração que, a resposta da contra-subversão varia de acordo com o lugar e o tempo em que esta ocorre, esta deve de ser contextualizada no espaço e tempo próprios. Deve ser pensada para fazer face às causas que a originaram, à tipologia subversiva identificada e, ter em conta que a aplicação dos diversos processos e técnicas, a sua combinação, integração e coordenação formam a manobra contra-subversiva. Esta manobra vai ajustar-se, antecedendo-a sempre que tal seja possível à manobra global da subversão, e como esta vai incidir, tanto ao nível interno como externo, directa e indirecta, carecendo de uma coordenação muito estreita de cinco acções oportunas (manobras particulares), que vão caracterizar o modelo de análise: política; sócio-económica; psicológica; informações e militar<sup>12</sup> (Alves, 1998, pp.297-303; CECA, 1990, p.99).

A manobra da contra-subversão assume um carácter directo quando a relação de forças pende favoravelmente às forças de contra-subversão, a liberdade de acção é grande e a subversão ainda está no seu princípio. Vai assumir um carácter indirecto quando se verifica o contrário das condições acima referidas, ou seja, se o processo subversivo já tem fortes raízes na população e já se encontra bem desenvolvido. *“Neste caso, as acções psicológicas, diplomáticas, políticas e económicas assumem mais importância do que a acção militar, enquanto vectores para a obtenção da decisão, situação em que esta é também, normalmente, indirecta, ou seja, em que a decisão militar se pretende obter com um custo mínimo”* (Ribeiro, 2003, p.39).

A contra-subversão necessita de se apoiar num programa político bem definido, que seja atingível, e que responda de acordo com as necessidades das populações. Pois *“enquanto for possível evitar a subversão, o problema da manutenção da ordem tem exclusivamente um carácter político”* (EME, 1963a, Cap. II, p.17). É imperativo ter em consideração que o centro de gravidade a atingir é a população (Garcia, 2005, p.23). Estas manobras não se desenvolvem isoladas, elas desenvolvem-se em simultâneo, pois elas complementam-se

A manobra contra-subversiva também possui o seu próprio ritmo, este é constituído por dois períodos, o de prevenção e o outro de intervenção. Tudo deve ser feito de forma a prevenir o eclodir do fenómeno subversivo, evitando assim o período de inércia, da expectativa ou do atraso da reacção e a intervenção efectiva (Alves, 1992, p.162).

---

<sup>12</sup> Este modelo é semelhante ao de Gordon McCormick, da *Naval Post Graduate School*, sendo esta uma ferramenta para a análise de situações de subversão e de contra subversão, que se baseia no desenvolvimento das acções que são necessárias para a subversão e contra-subversão de forma a alcançarem o sucesso. Estas estabelecem cinco estratégias de actuação: a conquista das populações; negar ao adversário o controlo das populações; acção directa sobre o adversário; afectar as ligações do adversário à comunidade internacional e, estabelecer relações com a comunidade internacional (Canonico, 2004, pp.5-11).

O primeiro período passa pela preparação dos diversos sectores de actividade do Estado, este deve conquistar simultaneamente dois objectivos. O primeiro consiste em impedir que a população não seja influenciada de qualquer maneira pelas acções de propaganda dos agentes subversivos, consiste também em negar que as instituições do poder sejam afectadas, O segundo objectivo é o de conseguir destruir a organização político-administrativa da subversão. Neste período as medidas devem competir às autoridades civis (EME, 1963a, Cap. II, p.16).

O período de intervenção é constituído pela fase de limpeza, onde se vai proteger a população das incursões por parte das forças subversivas, para que estas não possam obrigar a população a aderir ao movimento, criando assim um clima de segurança. A fase de consolidação onde se restabelece a organização governamental e o controlo pelas autoridades civis, mantendo ainda uma forte presença militar e, por fim, uma fase de reconstrução, onde se regressa à normalidade, com a transferência de responsabilidades para as autoridades civis e administração locais (CECA, 1990, p.112).

A contra-subversão deve orientar-se pelas normas da ética do combate convencional, embora em muitas das ocasiões possa ocorrer uma luta desleal, com regras diferentes para ambos os adversários. Mas isto não impede que se desenrolem algumas operações clandestinas e cobertas que ponham de parte a ética (Garcia, 2005, p.24).

Uma resposta demasiado violenta e desproporcionada por parte do poder pode-se designar por terrorismo de Estado, que acaba por afastar o apoio popular (Manwaring, 2004, p.16).

## **2.1 Manobra Política**

No que diz respeito à manobra política, esta pode ser levada a cabo através de uma actuação interna e outra externa. Ao nível interno as acções políticas estão relacionadas com modificações levadas a cabo pelo poder, ou seja, as decisões implementadas e a adopção de medidas a nível administrativo, legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado. A nível externo a contra-subversão actua essencialmente através da acção diplomática entre Estados, Organizações Internacionais (OI) e até mesmo actores do sistema político internacional que tenham relevância estratégica (FM 3-24, 2006, 2-6). Estas acções diplomáticas devem ter por objectivo a obtenção de apoios e impedir que estes cheguem à subversão, tornando também esta mal vista e desacreditada. Se necessário pode-se recorrer a uma diplomacia com um carácter mais coercivo (Garcia, 2005, p.25)

O sistema político desenvolve um papel importante tanto da prevenção como na intervenção face ao fenómeno subversivo, é através deste que é gerada a acção contra-subversiva, assim é necessário tomar medidas que reforcem a autoridade do Estado. Este

deve, definir políticas geradoras de um clima de segurança e bem-estar, prevendo e preparando medidas legislativas adequadas, de implementação permanente; a criação/manutenção de um sistema eficiente de informações; o fortalecimento das instituições militares, de segurança interna e dos órgãos de soberania, bem como a preparação de planos de contingência, com a finalidade de dissuadir aquele tipo de actividades, procurando evitar ou, no mínimo, antecipar a implantação da subversão (Couto, 1989, p. 334-348).

O poder deve trabalhar de forma a conseguir melhorar as condições de vida das populações, o seu progresso social, a segurança e o bem-estar. Para isso é necessário, por exemplo, criar ou até melhorar as estruturas e infra-estruturas como as redes viárias, ferroviárias, fluviais, eléctricas, de saneamento básico, médico-hospitalar e escolas.

É também essencial levar a cabo acções de propaganda, de informação pública, de políticas de combate à corrupção, de partilha de informações entre os órgãos de soberania e serviços de forma a conseguir assegurar e gerir melhor os assuntos relacionados com a segurança, defesa e de medidas fiscais. *“O combate deve ser feito sobretudo através de medidas que ajudem a reverter as origens e causas do fenómeno, pois não é possível fazer frente à subversão apenas com acções policiais ou com a publicação de novas leis. A chave do problema está na sociedade em si, na sua estrutura e, acima de tudo, na formação cívica dos cidadãos.”* (Garcia, 2005, p.26).

O poder deve aproveitar, sempre que possível, as suas ligações em proveito dos seus interesses e da comunidade internacional. Os Estados também não se devem esquecer do velho princípio em que negociar com a subversão em carácter de igualdade apenas serve para os prestigiar. Então as negociações devem ser levadas a cabo para que o Estado esteja em superioridade, de forma a conseguir aliciar os desmoralizados, e enquanto se oferece uma saída tentadora aos que não estão tão certos quanto à subversão (Couto, 1989, p.296).

Num conflito de carácter total, é necessária uma estreita coordenação entre as acções de todos os elementos civis e militares. O que acontece mais normalmente é a autoridade advir apenas de um poder. Quando tal acontece, poderemos dizer que estamos perante um sistema unipolar de comando, direcção ou chefia, pelo que se concentram os poderes, seguindo o princípio da unidade de comando, o que pode facilitar procedimentos e, eventualmente, diminuir o tempo de resposta, requer então na sua execução menor número de pessoal que o próximo sistema.

Quando existem dois poderes em permanência numa mesma área com idênticos direitos de autoridade, sendo um para o sector civil e outro para o sector militar, sendo necessário então, para um mesmo objectivo, estreitos contactos de coordenação. Podem também criar-se órgãos e estruturas em que podem ser delineados planos e tomadas

decisões que permitam uma melhor colaboração e rendimento (Alves, 1992, p.165; CECA, 1990, p.113).

As estruturas serão diferentes no período preventivo e de intervenção, sendo necessária flexibilidade e dinamismo, que permitam ao Estado mudar para uma situação de instabilidade sem ser necessárias medidas extraordinárias (Garcia, 2005, p.27).

## **2.2 Manobra sócio-económica**

A manobra sócio-económica tem dois objectivos: a melhoria das condições de vida e a manutenção ou conquista/reconquista da fidelidade da população por parte do Poder estabelecido. Em segundo lugar, se o Estado não tiver capacidade económico-financeira torna-se difícil para este conseguir levar a cabo um esforço contra-subversivo (Couto, 1989, p.342). Para se conseguir cumprir estes objectivos é necessário efectuar duas acções que devem ser desenvolvidas em permanência, tanto no período preventivo como no período de intervenção. A primeira visa o controlo da população e dos recursos, sendo a segunda, a melhoria das estruturas e infra-estruturas.

É necessário implementar medidas de controlo, de forma a conseguir monitorizar as populações e os recursos que o Poder tem ao seu dispor, isto permite que este consiga proteger a população e destruir a estrutura subversiva. Se a subversão não conseguir manter o contacto com a população fica isolada, e assim impede-se que as instituições e os serviços sejam afectados pela propaganda dos agentes subversivos.

Para isto ser conseguido é necessário controlar as actividades dos habitantes, tornando-se assim possível detectar o inimigo e dificultar ou até mesmo impedir que este consiga apoiar os seus agentes. Este controlo da população ajuda à reconversão da população que aderiu aos ideais da subversão e restabelecimento das instituições afligidas. Estas medidas devem de ser aplicadas de forma moderada, evitando assim que estas venham a provocar o inverso da sua intenção pretendida (Couto, 1989, p.322).

No período preventivo a execução destas medidas de controlo e a manutenção da ordem cabe às autoridades civis, a acção militar deve estar cingida a apoiar essas autoridades quando seja necessário. Mas nas regiões em que as autoridades civis não consigam mostrar a presença necessária e garantir o controlo, as Forças Armadas poderão ser solicitadas para intervir nesse controlo. Esta actividade abrange medidas como o recenseamento e enquadramento da população; o controlo da informação pública; o controlo de armas e dos meios de transmissão e transporte; o controlo de abastecimentos e movimentos; a imposição de recolher obrigatório e, quando necessário, o apoio ao reordenamento de populações (EME, 1963a, Cap. II, p.17; EME, 1966, Cap. III p.2).

As Forças Armadas podem também realizar operações num âmbito psicossocial<sup>13</sup>, onde a acção de assistência sanitária é um poderoso meio para cativar as populações. A colaboração na difusão de ideias junto das populações, com a assistência dos médicos, enfermeiros, capelões e técnicos, fornecendo mesmo medicamentos, alojamento ou até alimentação em casos de emergência. O ensino escolar e profissional dado a adultos e crianças deve ser sempre que possível um dos objectivos das Forças Armadas (CECA, 1990, p.142)

A criação de aldeamentos pode ajudar a dar resposta à dispersão das populações e, de certa forma facilitar a actuação a nível sócio-económico. Mas quando as populações se encontram maioritariamente numa zona urbana este tipo de actuação é muito difícil. O reordenamento, que é feito através dos aldeamentos, tem seis finalidades (CECA, 1990, p.105; Garcia, 2005, p.30):

- 1) Despovoar certas áreas, de forma a impedir que a subversão consiga angariar apoio político e recursos materiais através da população;
- 2) Isolar as populações onde existe uma maioria de apoio à subversão;
- 3) Proteger as populações da subversão;
- 4) Reorientar politicamente a população;
- 5) Desenvolver um espírito de comunidade e interdependência agrícola e económico;
- 6) Despovoar determinadas áreas, de forma a possibilitar que as forças de segurança actuem sem terem o receio de matar populações inocentes e de causar danos colaterais.

Esta manobra visa conquistar as populações e negar à subversão a consecução dos seus objectivos psicológicos, a manobra militar tem que permitir e garantir o espaço e o tempo necessários para que estes objectivos sejam atingidos (Garcia, 2005, p.31)

O desenvolvimento sócio-económico, face ao processo subversivo, coloca um problema à contra-subversão. Este vai exigir a mobilização de recursos financeiros, humanos e técnicos, e estes são muitas das vezes escassos. Estes necessitam de ser mobilizados, numa altura em que muitos destes recursos têm que ser aplicados para o esforço militar. Por outro lado, as regiões que são fustigadas por uma subversão violenta, são muitas das vezes afectadas economicamente, devido às quebras de produção e perturbações nos circuitos de comercialização, o que vai por sua vez agravar os problemas sociais<sup>14</sup>. As regiões que não são afectadas directamente pela subversão podem também ser afectadas pelo fenómeno subversivo, este pode criar um clima psicológico de insegurança, que proporcione um clima pouco favorável aos investimentos. O desafio da

---

<sup>13</sup> Acção psicológica apoiada numa acção de interesse da população

<sup>14</sup> Desemprego, êxodo de populações, escassez de alimentos, etc.

melhoria da estrutura sócio-económica, em casos de uma subversão violenta, representa um desafio ao poder que só pode ser ultrapassado pela determinação, a vontade e a fé que é transmitida pela capacidade política. “*O domínio económico-social é, frequentemente, o decisivo no caso de uma guerra subversiva*” (Couto, 1989, p.343).

Contudo, nem sempre as reformas e a promoção sócio-económica são a solução. Estas podem reduzir ou mesmo eliminar as condições favoráveis para a eclosão subversiva, mas surgirão sempre outras reivindicações, pelo que as reformas devem ser da iniciativa e ditadas pela estratégia contra-subversiva e não pela satisfação de desejos da subversão (Couto, 1989, p. 296).

### **2.3 Manobra Psicológica**

A manobra psicológica é entendida como “*a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de uns e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar*” (EME, 1963b, Cap. I, p.1).

Esta pode também actuar tanto a nível interno como a nível externo. A nível interno a manobra psicológica pretende atingir várias finalidades específicas: junto da população visa a neutralização da ideologia criada pela manobra psicológica subversiva, conservar ou reconquistar a população face aos programas implementados pelo Poder vigente; junto ao inimigo a manobra psicológica vai actuar de forma a desmoralizar e a separar o adversário, encorajando-o também à sua rendição; por fim, junto dos meios da contra-subversão, é necessário para manter e melhorar a moral das forças e neutralizar as acções psicológicas levadas a cabo pela subversão (EME, 1963b, Cap. II, pp.3-19).

Para estas finalidades serem alcançadas, é necessário contrariar e desmentir as ideias-força e notícias tendenciosas que constituem uma grande parte da acção psicológica da subversão. A contra-subversão deve de substituir estas ideias enganosas por objectivos que podem ser verdadeiramente alcançáveis e que vão de encontro com as verdadeiras necessidades da população (Alves, 1998, p.298).

Nas ideias-força, a dificuldade não está na escolha de uma temática apropriada, nem está no facto de esta actuar de acordo com a ideologia escolhida, nem tanto com a autenticidade que é necessário reproduzir. O problema encontra-se no facto de conseguir executar o prometido. As ideias-força que abracem os conceitos como a ordem, a paz e a segurança são mais bem recebidas pela população, pois estas são tendencialmente

pacíficas, e conseqüentemente este tipo de ideias-força são mais exploráveis pela contra-subversão de forma a conseguir atingir o sucesso (Couto, 1989, p.319).

No que diz respeito ao nível externo, esta manobra vai tentar neutralizar nos outros Estados as ideias-força da subversão e conseguir também criar nestes um sentimento e atitude favorável aos ideais da contra-subversão. Tem de ser desenrolada com habilidade, pois só será eficiente se todas as áreas onde a subversão tenha encontrado, ou venha a encontrar apoios, se tornem proveitosas à contra-subversão (Alves, 1998, p.302). A contra-subversão procurará obter o máximo de apoios e negar ou reduzir o apoio da comunidade internacional às forças da subversão (Canonico, 2004, p.11).

Quanto à informação pública, nem sempre é necessário referir toda a verdade, é necessário sim que tudo o que se diga seja verdade. "*O problema da informação pública está intimamente relacionado com uma medida de protecção do moral da população – a censura*" (Couto, 1989, p.319). Uma censura que não seja bem executada, pode desacreditar a informação pública, num nível que vai dificultar em muito a manobra psicológica. É lógico que nas sociedades democráticas a implantação deste tipo de medida não é fácil.

A manobra psicológica pode ser conduzida através da propaganda, contrapropaganda e da informação. A primeira constitui o meio mais poderoso para influenciar a opinião pública, e visa impor sobre esta, tanto interna como internacionalmente, ideias e doutrinas. Quando a propaganda tem por objectivo neutralizar a propaganda adversa, designa-se por contrapropaganda. A informação tem por finalidade esclarecer os indivíduos de forma a conseguirem fundamentar melhor a sua opinião (EME, 1963b, Cap. II, p.5).

As técnicas de propaganda devem servir para informar, impressionar e coagir, não servem necessariamente para matar. Os objectivos são principalmente políticos e psicológicos, não são militares (Manwaring, 2004, p.13)

A acção psicológica deve estar relacionada com a contra-lassidão, pois uma das finalidades principais da primeira é conseguir a adesão das populações aos objectivos prosseguidos, estas tem que reconhecer a razão por que estão a lutar e estar dispostas a passar por sacrifícios.

Para tal é necessário despertar e acima de tudo manter as populações num determinado clima emocional. Torna-se importante conseguir manter esse clima emocional num nível médio, pois se for muito baixo vai originar uma apatia e indiferença para com o esforço contra-subversivo e torna a população mais propensa à lassidão. Um clima emocional demasiado alto e este só dura um período de tempo muito limitado, como a guerra subversiva é de longa duração, iria originar o esgotamento das forças morais. "*É necessário que vivam a guerra [massas populacionais da retaguarda], para que a possam alimentar e corresponder ao esforço que lhes é pedido; por outro lado, é necessário que a não sintam grandemente, para que aquela se possa inscrever, por assim dizer, na*

*normalidade e os sacrifícios que origina possam ser suportados durante um apreciável período de tempo”* (Couto, 1989, p.320).

A manobra psicológica não pode actuar isoladamente, devendo ser coordenada e integrada, de forma coerente, em todos os escalões com as restantes manobras.

## **2.4 Manobra de Informações**

A actividade de Informações que seja eficaz, certa e que seja fornecida atempadamente é essencial para a condução de qualquer tipo de guerra. Mas esta máxima é aplicada especialmente às operações de contra-subversão. Podemos afirmar que o sucesso da missão depende da eficácia do esforço das informações (FM 3-24, 2006, 3-1).

As características gerais são: permanência, pois o fenómeno subversivo pode surgir a qualquer momento, é necessário conseguir adquirir atempadamente os focos primários da subversão através de uma manobra eficaz de informações; âmbito total, para conseguir envolver todos os domínios em que a subversão actua; e por último a incidência da população, pois esta é o objectivo da contra-subversão e também é de onde se originam a maior parte das notícias recolhidas (CECA, 1990, p.102).

A manobra de informações deve ser adaptada aos objectivos de maneira diferente nos dois períodos da Contra subversão. No período de prevenção deverá procurar conhecer-se a ideologia e a organização da subversão, os meios humanos que esta dispõe, as suas motivações que poderão a vir ser exploradas. Pode também permitir o conhecimento do meio físico e humano do território em questão, identificar os grupos e indivíduos empenhados em actividades subversivas. A função das Informações é facilitar a compreensão do ambiente operacional, com especial destaque para a população (FM 3-24, 2006, 3-1). Ao determinar as motivações que podem ser exploradas, recolhendo informações acerca da população e do meio, a contra-subversão vai aumentar as hipóteses de conseguir detectar, atempadamente qualquer sinal ou indício de acção subversiva, identificar os seus objectivos políticos e o local onde se vai desenrolar o esforço inicial (Alves, 1998, pp.287-288; Couto, 1989, p.316).

No período de intervenção, as finalidades sejam as mesmas ao do período de prevenção, a pesquisa neste caso vai ser desenvolvida de acordo com o próprio desenvolvimento da subversão, de forma mais ampla e com mais pormenor. As informações como as de natureza militar<sup>15</sup> e estratégica passam a ter uma grande relevância (Couto, 1989, p.316).

---

<sup>15</sup> Identificação dos elementos e as suas funções, organização militar, quartéis e depósitos, santuários, linhas de infiltração, etc.

Sem a actividade das informações, não é possível saber onde se encontra o inimigo, e em ambiente subversivo, muito menos quem ele é, visto que estes actuam escondidas no seio da população, as informações.

*“A produção de informações implica, em guerra subversiva, uma mais larga, diversificada e íntima coordenação entre os vários departamentos governamentais e entre os órgãos de pesquisa. É este um aspecto de particular importância e que a prática revela ser de grande dificuldade”* (Couto, 1989, p.317).

## **2.5 Manobra Militar**

Na contra-subversão, apesar da manutenção e o restabelecimento da ordem pública se manifestarem como uma responsabilidade primária das autoridades administrativas, as Forças Armadas podem ter que intervir em reforço às autoridades policiais, devem de colaborar com as autoridades administrativas e a sua capacidade militar que esteja em sobra deve ser utilizada em actividades sócio-económicas. Durante o período preventivo tem-se como objectivo a pesquisa permanente, o fortalecimento das estruturas políticas e sociais e uma manobra psicológica que neutralize as acções dos agentes subversivos (Couto, 1989, p.300; EME, 1963a, Cap. II, pp.16-17).

As Forças Armadas podem ter que actuar como força de ordem pública, no controlo de tumultos e dispersão de multidões. Mas quando estas são chamadas a intervir com essa finalidade, devem estar bem delimitadas as áreas de intervenção, a sua missão, assim como as respectivas dependências de forma a não se originarem dúvidas para quem se encontra no terreno da respectiva cadeia de comando (EME, 1963a, Cap. II, pp.4-5). A vitória estratégica requer não só a derrota militar da subversão, mas também a protecção das fundações sócio-políticas do Estado para se garantir uma paz duradoura (Manwaring, 2004, p.39)

Na contra-subversão, “o recurso às acções do domínio militar só deve verificar-se no tempo e lugar que verdadeiramente o exija para repor a situação” (Alves, 1992, p.160), pois a manobra militar não representa o principal da contra-subversão, mas sim uma integrante nas restantes manobras. A luta contra-subversiva não pode ser só executada por militares, é *“uma convergência de esforços em todos os campos: políticos, psicológicos, social, económico, etc.”* (EME, 1963a, Cap. II, p.15).

As Forças Armadas devem de colaborar com as autoridades administrativas e a sua capacidade militar que esteja em sobra deve ser utilizada em actividades sócio-económicas. Durante o período preventivo tem-se como objectivo a pesquisa permanente, o fortalecimento das estruturas políticas e sociais, e uma manobra psicológica que neutralize as acções dos agentes subversivos (Couto, 1989, p.300; EME, 1963a, Cap. II, pp.16-17)

A manobra militar pode recorrer a uma estratégia directa se a relação de forças, tanto em quantidade, qualidade e adequação, forem largamente superiores, a liberdade de acção for grande e o fenómeno subversivo se encontrar num estado embrionário. Este tipo de estratégia implica eliminar de forma rápida e decidida a organização subversiva, “*matar a subversão enquanto está no ovo e evitar o desenvolvimento do ciclo subversivo*” (Couto, 1989, p.299).

Por outro lado, quando esta se vale de uma estratégia indirecta, a maior parte das condições acima referida não se verifica e a subversão já se encontra bem enraizada na população, isto acontece quando a subversão entra no período insurreccional (Couto, 1989, p.300).

A manobra militar actua tanto a nível interno como a nível externo. No que diz respeito ao primeiro, esta só pode ser encarada relativamente ao Estado. Esta manobra interna destina-se a desencorajar ou a impedir, acudindo-se dos meios militares, a que outro Estado consiga auxiliar a subversão. Impedindo assim que o inimigo se refugie num território vizinho, e é aí que muitas das vezes tem as suas bases e depósitos (CECA, 1990, p.111; Couto, 1989, p.352). A manobra militar interna pode incluir acções de dissuasão, represália e intervenção.

A dissuasão militar foi a modalidade que foi utilizada largamente pelas Forças Armadas Portuguesas no ultramar, e visa, através da ameaça, desencorajar outro Estado, normalmente limítrofe de apoiar a subversão. Podem ser executadas por exemplo demonstrações de força, junto à fronteira (Alves, 1998, p.303; Couto, 1989, p.353).

A represália militar, tem lugar quando a dissuasão fracassa, destruindo as bases da subversão, podendo “*tomar o carácter de resposta a acções vindas desse país, constituindo o que se pode chamar de retaliação*” (CECA, 1990, p.111).

Por último a intervenção militar poder ser de cariz explícito ou secreto. A forma explícita pretende mostrar ao Estado vizinho que se está pronto a subir a parada, ou seja a contra-subversão dispõe da capacidade para iniciar o conflito com o Estado vizinho. Por outro lado uma intervenção secreta visa procurar dissimular as acções, evitando os protestos da comunidade internacional (CECA, 1990, p.111; Couto, 1989, p.354).

A manobra militar interna tem por finalidade fundamental “*a destruição da organização militar subversiva e, em conjugação com as restantes manobras e, em especial, com as medidas de controlo da população e dos recursos, a obtenção de um ambiente de segurança e de um clima de confiança*” (Couto, 1989, 359).

As missões das forças militares numa guerra desta tipologia devem ser as seguintes: defender pontos sensíveis; protecção de itinerários e escoltas; patrulhamentos e nomadização; cerco e batida; limpeza/rusga de uma povoação; golpe de mão; emboscada; interdição de fronteira; operações de ordem pública e a monitorização de actividades (EME, 1966, 2.ª Parte; CECA, 1990, pp.145-152).

Por norma, é adoptado um dispositivo de quadrícula<sup>16</sup>, com unidades estáticas que estão mais próximas da população e onde se procura que os limites dos sectores correspondam aos limites administrativos. As tropas devem ficar instaladas entre a população e viver como ela. O dispositivo só fica completo com uma articulação a forças de intervenção (locais e gerais) que devem ser dotadas de grande mobilidade, capazes de efectuarem acções de reforço da ocupação militar, isolamento, protecção, busca e flagelação, aniquilamento ou redução e reconquista (Couto, 1989, p. 359).

### 3. FENÓMENO SUBVERSIVO EM ÁFRICA

O fenómeno de libertação existe desde o início do século XX, este é reforçado sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial. A Revolução Bolchevique em 1917 aumenta ainda mais a ideia de libertação dos povos oprimidos.

No princípio da década de 60, exceptuando os territórios ultramarinos portugueses, já existiam muitos territórios em África e na Ásia que se tinham tornado independentes (CECA, 1990, p.24), o que provocou uma grande pressão a nível da vontade pela independência, nos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Os movimentos nacionalistas nos territórios ultramarinos começaram a emergir na década de 30, devido às práticas extremamente repressivas do Estado Novo, em relação às divergências particularmente políticas, apesar de se ter começado a expandir muito lentamente devido à barreira social e ética das comunidades negras do ultramar (Cann, 2005, p.43)

Ao falarmos do fenómeno subversivo em África, é necessário transmitir uma ideia das condicionantes que o influenciaram. É preciso conhecer e analisar, de um modo superficial, as ideias e acontecimentos que ocorreram no mundo pós segunda Guerra Mundial, e que influenciaram a posição política e estratégica de várias nações, principalmente nas colónias espalhadas pelo mundo.

Os eventos que se mostraram determinantes para ajudar a compreender o “*conceito estratégico e tático que presidiram ao desenvolver da doutrina foram:*” (CECA, 1990, p.21)

- A condenação generalizada do colonialismo a partir da Conferência de Bandung e os Congressos pan-africanos;

---

<sup>16</sup> “Conjunto de forças dispersas por todo o território a pacificar, com sede nas principais povoações e determinados pontos importantes e destinados a guarnecer esse território para a obtenção das finalidades inerentes á função de quadrícula”; “Função de quadrícula: Função que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis; garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação; pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo [...], manter um contacto constante com a população, ...” (EME, 1963, Anx., p.28)

- O marximo-leninismo como base da estratégia subversiva, fundamental na luta anticolonial;
- A Organização da Unidade Africana (OUA).

A Conferencia de Bandung ocorre na Indonésia a 18 de Abril de 1955, e é ai que se definem as linhas orientadoras para a emancipação dos povos, tanto da África como da Ásia, a directriz base desta conferência é o apoio mútuo e a inter-ajuda entre os povos destes continentes. Os Estados com experiência em questões de independência orientam os povos que ainda não atingiram a sua emancipação. *“É um movimento imparável dos povos do então chamado “Terceiro Mundo” que se continua pelas Conferências pan-africanas nos anos de 1958, 59, 60 e 61 e de onde vão nascendo as novas independências, agora em África”* (CECA, 1990, p.23; Policarpo, 2006, p.13-14).

Os congressos pan-africanos criam o corpo de ideias próprio africano, de acordo com a realidade destes povos, fortificou os nacionalismos e os desejos de independência, que tinham sido impulsionados por Bandung. Mas estes sonhos rapidamente se desfizeram face às rivalidades emergentes entre as personalidades que iam surgindo neste continente, aumentando assim as divergências entre povos vizinhos. No final da década de 50, a união que era necessária aos países africanos, era marcada por iniciativas individualizadas e a ausência de um verdadeiro “espírito de unidade africana”. (CECA, 2006, p.19)

As ideias relativas ao Marxismo e Leninismo apresentam algumas diferenças distintas entre si. *“O Marxismo é uma teoria nascida de um grande filósofo. O Leninismo criado por um homem que se revelou um vulgarizador e um técnico de acção, [...] o que conta é, acima de tudo, o valor do processo técnico”* (CECA, 1990, p.25), por outras palavras Lenine é quem aplica de forma prática as concepções de Marx, mas ambos defendem que a revolução tem por base o controlo do proletariado ou das massas.

Com o inicio da “guerra fria”, aparecem três estratégias que tiveram a sua maior expressão a partir do último conflito mundial: persuasão, dissuasão e de subversão (CECA, 1990, p.28).

Surgiram organizações interestaduais que, afectando cada vez mais o domínio privado do Estado, têm crescente influência e interferência nos seus problemas (CECA, 1990, p.29). A formação de dois blocos com ideais diferentes, que não se podia arriscar a um confronto directo, mas que no entanto procuravam sempre atingir a hegemonia mundial de forma indirecta, conduzindo a um neocolonialismo, modificando o poder para que quem governe seja favorável a um dos blocos.

*“O confronto indirecto passou, assim, a ser cada vez mais utilizado como forma de obter a supremacia política”* (CECA, 1990, p.29). Quando se procura alterar e desenvolver confrontos numa determinada comunidade, transformando-a noutra comunidade. A transformação desta comunidade noutra é uma definição simplificada de subversão.

A OUA foi criada durante a Conferência de Adis-Abeba, de 22 a 25 Maio de 1963. Nela estiveram presentes representantes da UPA, MPLA, FRELIMO e PAIGC. Os objectivos desta Conferência foi a criação da OUA, o resolver dos vários desentendimentos entre as Nações Africanas, levantada a questão da criação de um fundo para apoiar as frentes de libertação. No fim da Conferência foi criada a Carta da Organização da Unidade Africana.

Apesar do seu começo positivo, a OUA nunca foi capaz de mostrar, nem de alcançar os objectivos a que se tinha proposto. As suas discussões eram muitas das vezes fúteis e não levavam a lado nenhum, devido muitas vezes às rivalidades. Esta foi sempre divergente no que diz respeito aos apoios para os conflitos emergentes, não foi capaz de manter algumas das alianças regionais que tinha formado nos finais da década de 50 e início de 60 (CECA, 2006, pp.21-24)

Apesar de a OUA nunca ter encontrado forma de se prestigiar, e da *“aparente inoperância na resolução dos muitos e graves problemas que, então, assoberbavam a África, a verdade é que a OUA se transformou numa poderosa tribuna contra a presença portuguesa em África”* (CECA, 2006, p.24).

### 3.1 Subversão em Angola

A região de Angola encontra-se a mais de 7.000 km de Portugal, esta cobre uma área de 1.264.314 km<sup>2</sup>, que representa catorze vezes a superfície de Portugal. É tão grande como a Espanha, França e Itália juntas, faz fronteira com três países diferentes, o Congo Belga, a Rodésia do Norte e do Sudoeste Africano.

As características do terreno também favorecem bastante a actividade subversiva, Angola é banhada ao ocidente pelo Oceano Atlântico e tem uma orla costeira com cerca de 1.650 km, esta liga-se a um planalto central, 50 a 200 km para o interior e engloba 60 por cento do país. Este planalto no interior tem uma altura média que varia entre os 1.000 e 1.300 m<sup>17</sup> (Teixeira, 2006, pp.71-72).

*“A vulnerável fronteira entre Angola e o Congo Belga, para norte teve particular importância. É muito extensa e é constituída por mais de 2000 quilómetros de serras, pântanos, selva e capim. O rio Congo que abarca parte da fronteira, tem ilhas densamente arborizadas que fornecem excelente cobertura aos guerrilheiros”* (Cann, 2005, p.25). Isto permitia às forças subversivas o deslocamento fácil, sem serem detectados, praticamente em qualquer local ao longo da fronteira, visto que os insurgentes dispunham do outro lado um grande número de bases e apoiantes do recente independente Congo Belga.

O terreno a sul também se apresentava bastante favorável à subversão, *“coberto com matas densas e capim de 2.5 a 3 metros de altura. Nesta zona as forças portuguesas*

---

<sup>17</sup> Ver Anexo H

*enfrentaram milhares de guerrilheiros dispersos por uma área com dimensões que representavam quase o dobro das de Portugal. As poucas estradas eram de terra batida, quando não simples picadas, num oceano sem fim de selva e capim”* (Cann, 2005, p.25), reforçando o meio ideal para a subversão actuar, com terrenos bastantes difíceis para conduzir operações militares que prejudiquem directamente os guerrilheiros.

A diversidade da população constitui também uma vantagem para a subversão, pois em 1960, Angola tinha uma população de cerca de 4.830.000 habitantes, o que se resumia a sensivelmente quatro pessoas por km<sup>2</sup>, o que torna difícil à contra-subversão controlar todos os habitantes do território. A população negra, que constitui cerca de 95.2 por cento dos habitantes, é composta por noventa e quatro tribos diferentes, divididas por nove grupos etnolinguísticos principais, e cada grupo tinha um grau de ligação diferente aos portugueses. *“A população concentrava-se na costa ocidental e no planalto central. A zona oriental e a floresta setentrional eram escassamente habitadas. Era nestas zonas remotas que os guerrilheiros operavam e constituíam um severo desafio militar”* (Cann, 2005, p.26).

Em Angola surgiram três movimentos que se destacaram. A União das Populações de Angola (UPA), que depois se começou a designar por Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), tinha um efectivo de cerca de 6.200 homens com base no Congo ex-Belga. O segundo era o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o único com raízes marxista e de matriz não tribalista, operou em vários locais até 1963 onde se constituiu no antigo Médio Congo da África Equatorial Francesa, em 1966 desloca-se para a Zâmbia com o objectivo de abrir uma frente leste, onde tinha 4.700 guerrilheiros disponíveis para fazer frente aos portugueses. Por fim existia a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), formada em 1966, que contava apenas com 500 guerrilheiros (Cann, 2005, p.29; Teixeira, 2006, pp.76-78).

Em 1956, jovens do Partido Comunista Angolano, contribuíram para a criação do MPLA, este desenvolveu várias raízes com os intelectuais, mas era composto maioritariamente por radicais que vinham dos bairros pobres. O partido nesta altura não tinha muito em comum com os camponeses, não tentando também fazer um esforço para chegar a estes. Em Dezembro deste ano o manifesto do MPLA foi publicado abertamente, o que levou a perseguição dos seus dirigentes e o seu exílio, o movimento começou então a dirigir os seus assuntos fora do território (Cann, 2005, pp.43-44).

As forças subversivas Angolanas contavam com o apoio externo de países, entre os principais encontravam-se os EUA, a União Soviética e a China. Que criaram organismos que ajudaram Angola, com fundos, lobbies para exercer influência, armamento, treino (Antunes, 1995, pp.95-97).

Em 1961 dão-se as primeiras subversões violentas, foram as manifestações que revelaram que algo se passava na sociedade angolana, e que esta estava pronta a mudar. Em Fevereiro desse mesmo ano o MPLA lança uma ofensiva a casa de reclusão em Luanda

com a finalidade de libertar os presos políticos (CECA, 1990, pp.63-64). Em Março a UPA lança ataques a fazendas no norte de Angola massacrando inúmeros civis inocentes, quer brancos quer negros (Teixeira, 2006, p.100), nas palavras de Jonas Savimbi, que apoiou a UPA nessa altura “*depois viu-se que a UPA não tinha uma filosofia política*” (Antunes, 1995, p.93), ou seja foi uma manifestação violenta com o objectivo de intimidar e desenvolver medo às populações do território. A subversão aproveitou-se do facto de existir um dispositivo militar em Angola que se limitava a três unidades territoriais (CECA, 1990, p.54), dando assim mais liberdade às forças subversivas para expandir os seus meios e ideologias, permitindo também maior liberdade de acção.

A UPA aproveitou as condições do terreno que tem à sua disposição para se manter em actividade subversiva, utilizando acções de guerrilha. Em 1963, agora designada por FLNA, beneficia da sua proximidade do norte de Angola para infiltrar reforços treinados no Zaire, reforços estes que tinham sido recrutados nos refugiados que tinham fugido para esse país. Recebeu também material mais recente, e deixou de usar “*catana e canhango*”, para passar a utilizar “*espingardas de repetição e automáticas, pistolas-metralhadoras, armas de tiro curvo, granadas de mão, lança granadas foguetes e minas anti-pessoal e anti-carro*” (CECA, 1990, pp.64-65; Teixeira, 2006, p.104). A FLNA aumentou assim grandemente as suas hipóteses de se igualar aos portugueses nas acções militares. A maioria deste material era de origem soviética, existindo também material chinês e ocidental (CECA, 2006, p.525).

Entre 1965-1966 abre-se a “*Frente Leste*”, depois de períodos de propaganda e agitação que tinham por objectivo a adesão da população face aos elementos subversivos (CECA, 2006, pp.65-66), aí vão actuar o MPLA, face aos seus fracassos no norte e a sua crise de crescimento (Teixeira, 2006, p.76). É na “*Frente Leste*” que também vai actuar a UNITA. Desde o seu inicio que esta infiltrou agentes na população de forma a aliciar os nativos e a levar a cabo uma manobra de agitação. Possuía um órgão de informação e propaganda que apoiava a manobra subversiva. A sua organização militar era desorganizada e primitiva mas muito móvel, tentaram através do terror fazer com que a população branca da zona abandonasse esta área. “*Esta conseguiu, em pouco tempo, e, por vezes, à custa de terrorismo selectivo sobre os chefes nativos e na sua área de influência, instalar centenas de células*” (CECA, 2006, p.107).

A actividade subversiva foi diminuindo progressivamente até 1974, onde já era quase inexistente. Estavam enfraquecidos e a situação militar estava sob o controlo da força contra-subversiva. “*A guerrilha, iniciada em Março de 1961, inseriu-se desde muito cedo na terceira fase*” (CECA, 1990, p.495), isto levou a que os movimentos subversivos avançassem para a luta de guerrilha sem uma consolidação prévia das suas ideologias, da sua estrutura administrativa, com linhas de apoio logístico deficitárias e sem possuírem o controlo da população, o elemento mais importante na manobra subversiva, pelo menos nas suas zonas de acção.

### 3.2 Subversão na Guiné-Bissau

A região da Guiné-Bissau encontra-se a mais de 3.400 km de Portugal, esta cobre uma área de 36.125 km<sup>2</sup>, que representa mais ou menos a área do Alentejo, faz fronteira com dois países diferentes, o Senegal e a Guiné.

A Guiné, tal como Angola, possuía também uma orografia bastante difícil. A parte ocidental deste território *“caracteriza-se por uma grande extensão de magal e florestas pantanosas cobrindo as enseadas e os deltas costeiros de meia dúzia de rios”* (Cann, 2005, p.25). As marés enchiam duas vezes ao dia, ensopando e submergindo a terra criando pântanos que tornavam a progressão muito difícil. Os muitos quilómetros de rios e afluentes, cobertos pelo mangal espesso, permitiam às forças subversivas uma fácil infiltração no território, e, por outro lado, uma séria dificuldade aos portugueses no que toca a interdição dos guerrilheiros. *“O emaranhado de rios, ribeiros e canais constituiu uma óbvia rede de comunicações, um verdadeiro aparelho circulatório”* (Vaz, 2003, p.8), por aqui transitavam tanto as forças subversivas como as forças contra-subversivas, pois estes rios e afluentes eram navegáveis até ao interior do país.

Na faixa costeira, a Guiné-Bissau é constituída por várias ilhas pequenas, as mais importantes são as que constituem o arquipélago de Bijagós<sup>18</sup> (Policarpo, 2006, p.35). *“A terra sobe nas áreas interiores a norte e a leste do país, onde a flora costeira desaparece gradualmente, transformando-se em savana subsariana, com capim e árvores dispersas”* (Cann, 2005, p.25).

A Guiné-Bissau tinha em 1960 cerca de 525.000 habitantes, dos quais noventa e nove por cento era negra, o que daria uma densidade populacional de quinze pessoas por km<sup>2</sup>. Mas como a população se concentrava maioritariamente nos deltas costeiros ocidental, e cerca de 70 por cento vivia nos aglomerados urbanos, a densidade populacional subia para 100 pessoas por km<sup>2</sup> nessas áreas, no oposto, ou seja, nas zonas interiores, existia apenas uma pessoa por km<sup>2</sup>, o que facilitava em muito a infiltração das forças subversivas e também o facto de estas se conseguirem movimentar sem serem referenciadas por parte da população (Cann, 2005, p.26; Policarpo, 2006, p.38).

O único movimento subversivo que mostrava credibilidade era o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que conseguiu constituir uma força que era constituída por 5.000 regulares e 1.500 milícias populares. Este foi criado em 1956 por guineenses e cabo-verdianos instruídos, levando a cabo várias greves e manifestações. Os líderes deste grupo rapidamente aprenderam com os fracassos em 1961 do MPLA e FNLA,

---

<sup>18</sup> Ver Anexo J

e alteraram a sua forma de fazer a guerra de acordo com as técnicas portuguesas (Cann, 2005, pp.29, 48)

O líder deste movimento, era Amílcar Cabral<sup>19</sup> e conseguiu conduzir o PAIGC a uma luta subversiva com resultados muito superiores aos conseguidos em Angola. Em 1960 antes de se iniciar a fase armada, já se tinha iniciado a mobilização no interior na Guiné-Bissau. Foram enviados os primeiros homens para a República Popular da China a fim de receberem formação político-militar, permitindo assim que o PAIGC conseguisse consolidar melhor a primeira fase da guerra subversiva (Antunes, 1995, p.723).

O PAIGC conseguiu estruturar-se de forma sustentada, implantando no terreno uma organização administrativa que conseguia enquadrar correctamente as populações, ou seja, apostava na mentalização ideológica para a causa subversiva, prestava ajuda no que respeita aos cuidados primários de saúde, investia também na educação (Policarpo, 2006, p.44). *“Cabral estava em sintonia com os requisitos necessários para doutrinar a população, e vivamente consciente da necessidade de colmatar a diferença entre o intelectual urbano e o guineense tradicional”* (Cann, 2005, p.49), o PAIGC compreendia a necessidade de ter a população do seu lado de forma a conseguir levar a cabo uma manobra militar eficaz, daí a sua preparação minuciosa antes de entrar na fase da guerrilha.

Em meados de 1962, ocorrem as primeiras acções terroristas, a sul, levadas a cabo pelo PAIGC, mas é só e em Janeiro de 1963 é que este se sentiu preparado para iniciar a guerra de guerrilha, nesta altura é que todos os elementos se encontravam em posição de forma a conseguir dar origem ao sucesso, em 1963 o movimento subversivo começou a efectuar ataques às tropas portuguesas, empregando armas de fogo (CECA, 1990, p.66; Cann, 2005, p.48).

Os portugueses foram surpreendidos pela organização e treino militar, muito superior aos movimentos subversivos angolanos, bem como um armamento moderno com o potencial de fogo idêntico aos das forças portuguesas. Isto só veio demonstrar a qualidade da estrutura do PAIGC, que preferiu aguardar algum tempo, de forma a conseguir levar a cabo uma manobra subversiva mais eficaz, ao invés de prosseguir logo com uma acção armada. Os guerrilheiros infiltravam-se através da Guiné-Conakri e transpunham com facilidade a fronteira, tanto por terra, mar ou rio, e devido ao tamanho do território conseguia levar a cabo acções de guerrilha em profundidade num curto espaço de tempo (Policarpo, 2006, p.61).

O plano do PAIGC era através da manobra militar, dividir na vertical o território em dois, conseguindo assim isolar a região de Bissau<sup>20</sup>, e consequentemente impedir às forças contra-subversivas que se movimentassem livremente no território. Depois disto, lançariam uma ofensiva final sobre Bissau. Em pouco tempo o PAIGC abriu a Frente Leste, e conseguiu

---

<sup>19</sup> Morre no dia 20 de Janeiro de 1973, vítima de camaradas de luta (Policarpo, 2006, p.89)

<sup>20</sup> Capital da Guiné-Bissau

consolidar as posições que ocupava no interior do território, estabelecendo bases avançadas que apoiavam as suas operações, ou seja, o recrutamento e o treino político e militar. Era aí que se concentravam os meios logísticos, dispunham ainda de infra-estruturas educativas e sanitárias de forma a conseguirem apoiar a população e os combatentes. Estas bases mantinham ligação com as principais no Senegal e na República da Guiné. Estes aquartelamentos conferiam ao PAIGC vantagem estratégica e psicológica, que eram fundamentais para levar a bom porto a manobra de subversão (Antunes, 1995, 723-724; Policarpo, 2006, pp.67-68).

Entre 1964 a 1968, as forças subversivas conseguiram controlar uma grande parte do território da Guiné-Bissau, nomeadamente a sul e a norte do território. Isto permitia aos guerrilheiros levar a cabo ataques que tinham como alvo os povoados mais populosos. A rede fluvial permitia ao PAIGC uma grande mobilidade e capacidade para movimentar meios e pessoal, a circulação nos rios tornou-se bastante proveitosa para a subversão. Esta situação no Teatro de Operações (TO) era causada em grande parte à incapacidade do General Schultz<sup>21</sup> (Policarpo, 2006, pp.68, 74-75).

O Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola, substituiu então o General Schultz, tomando assim conta do T.O., este veio a implementar muitas medidas que dificultaram a acção subversiva. Implementou uma orientação operacional ofensiva, que tinha por objectivo reconquistar os territórios perdidos para o PAIGC, levou a cabo também entre o período de 1968 a 1970 uma intensificação da manobra psicológica e passou pela criação de aldeamentos fora do controlo do PAIGC. Apesar de todas estas medidas Spínola nunca conseguiu retomar o controlo do território da Guiné-Bissau, que tinha sido ocupado pela subversão, conseguiu apenas travar o avanço da guerrilha para o interior (Policarpo, 2006, pp.76-105).

A partir de 1971 a actividade das guerrilhas intensificou-se bastante com inúmeras emboscadas e flagelações às forças portuguesas. Existiam aquartelamentos que eram bombardeados a qualquer hora do dia ou da noite. O descanso era difícil e os militares começavam a apresentar um grande desgaste físico e psicológico (Policarpo, 2006, pp.113-114).

O PAIGC redobra assim a sua actividade operacional, o que demonstrava uma motivação elevada. Este via crescer a sua popularidade a nível internacional, conseguindo até que membros do Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas (ONU) se dirigissem às suas zonas controladas (Policarpo, 2006, pp.124-127).

O apoio internacional foi de tal forma aumentado, que em 1973, o PAIGC, dispunha de mísseis terra-ar, que em conjunto com as condições locais facilitava em muito o desenvolvimento da sua luta. Estas novas armas tornaram então quase impossível a infiltração de tropas nos territórios controlados pela subversão (CECA, 1990, p.66). A partir

---

<sup>21</sup> Governador e Comandante-Chefe

desse momento o PAIGC começou a realizar operações de grande envergadura, de dia, tentando assim levar a cabo acções de guerra convencional contra a contra-subversão.

### 3.3 Subversão em Moçambique

A região de Moçambique encontra-se a mais de 9.000 km de Portugal, esta cobre uma área de 799,380 km<sup>2</sup>, que representa nove vezes a superfície de Portugal, faz fronteira com seis países diferentes, o Malawi, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbabué.

Moçambique apresenta uma topografia diferente das outras colónias. É, na sua maior parte, uma cintura costeira, com cerca de 2.000 km de comprimento, onde a norte e noroeste se encontram regiões com floresta. A norte existe ainda vastas zonas abertas, que são povoadas por pouca gente e difíceis de patrulhar, o terreno ideal para a actuação da subversão. A população nessas zonas remotas encontra-se muito espalhada, e em alguns casos é mesmo nómada e isolada, podendo ser controlada pelos guerrilheiros mais facilmente, visto que é mais difícil de proteger por parte das forças contra-subversivas (Cann, 2005, pp.25-26).

A população de Moçambique no ano de 1960 era de aproximadamente de 6.600.000 habitantes, o que resultava de uma densidade populacional de quinze pessoas por km<sup>2</sup>, mas é necessário ter em consideração que as regiões do norte e noroeste eram escassamente habitadas, o que permitia a infiltração pelas fronteiras da Tanzânia e Zâmbia, que eram ambos santuários para as forças subversivas<sup>22</sup> (Afonso e Gomes, 2000, p.119; Cann, 2005, p.26).

O único movimento subversivo com que apresentava alguma importância era a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que se iniciou de forma desorganizada, mas que em 1970 já tinha uma força com um efectivo de 7.200 regulares e 2.400 milícias populares (Cann, 2005, p.29).

O início da luta em Angola foi um catalisador para o surgimento do sentimento subversivo em Moçambique, este estimulou os sentimentos patrióticos na população. As duras condições de vida que eram impostas às populações deste território, com base no estatuto de trabalho nas culturas obrigatórias e a necessidade do seu deslocamento dentro do território ou até para fora deste, favoreceu o contacto entre populações diferentes e o consequente despertar do nacionalismo (Afonso e Gomes, 2000, p112).

O governo português tentou a todo o custo impedir que o espírito nacionalista ganhasse força nas suas etapas iniciais, mas como cerca de meio milhão de moçambicanos trabalhavam em países vizinhos, isto veio a tornar-se muito complicado (Cann, 2005, p.50).

---

<sup>22</sup> Ver Anexo L

Os principais movimentos moçambicanos vieram assim a formar-se com a população que vivia emigrada no exterior do país (Garcia, 2003, p.131).

A FRELIMO foi então criada a 25 de Junho de 1962, partindo da união de três movimentos nacionalistas, o seu líder era Eduardo Mondlane. Segundo o estatuto da FRELIMO, tinha como objectivo a *“liquidação total, em Moçambique, da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa de Moçambique, e a defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo Regime colonial português”* (Garcia, 2003, p.135).

A FRELIMO esteve em preparação para o conflito até Setembro de 1964, só a partir desse ano é que esta se sentiu preparada para iniciar o conflito armado, aproveitando as lições aprendidas nas lutas de Angola e Guiné-Bissau, que permitia não cometer os mesmos erros destes (Cann, 2005, p.50; Garcia, 2003, p.137), de 1962 até ao início das hostilidades a FRELIMO fortaleceu a sua retaguarda na Tanzânia, e contava com o apoio externo de países como os EUA, Argélia, Rússia e da China. Centenas de guerrilheiros, tal como aconteceu nas outras colónias portuguesas, foram enviados para esses países, de forma a receberem instrução militar (Afonso e Gomes, 2000, p.113).

Durante o seu tempo de actividade a FRELIMO também sofreu com as desavenças no seu seio, o que veio a provocar grandes rivalidades e a consequente perda de eficácia na manobra subversiva (Garcia, 2003, p.138-139).

É em 25 de Setembro de 1964 que a FRELIMO considera o início da subversão armada, no norte de Moçambique, na região de Niassa, *“apresentando grande intensidade no chamado planalto dos Macondes, etnia de características fortemente separatistas e com a ambição de constituir uma região independente”* (CECA, 1990, p.67). As acções militares no início da guerra eram compostas pela colocação de abatases, destruição de pontes, cortes de linhas telefónicas, e ataques a postos portugueses. As dificuldades de comunicação, o terreno acidentado, a pouca expressividade do poder português pela falta de números na autoridade administrativa e militares e a falta de infra-estruturas, permitiram que as forças subversivas se movimentassem com uma certa liberdade, que alargou a sua acção para sul de forma a estabelecer uma acção político-militar (Garcia, 2003, p.179).

No princípio de 1967, surgem os primeiros indícios da subversão no distrito de Tete, com o objectivo de atingir a região de Cabora Bassa (CECA, 1990, p.68). As intervenções armadas neste distrito começaram em Março de 1968, conseguindo atingir uma grande profundidade no território, este dispositivo militar era forte, e a FRELIMO conseguiu implementar várias bases subversivas. Nos restantes distritos a situação era considerada calma pela contra-subversão, porém a subversão actuava clandestinamente de uma forma generalizada. (Garcia, 2003, p.185).

Nas “áreas libertadas” pela subversão, existiam cerca de 1.800.000 pessoas “organizadas em cooperativas, que terão contribuído para o plano de desenvolvimento das aldeias, onde se estabelecem, por exemplo escolas e clínicas” (*Idem*, p.185)

Em 1970 a FRELIMO continuava a tentar o “alastramento da subversão violenta”, com um aumento da actividade de guerrilha, cerca de 42 por cento (Afonso e Gomes, 2000, p.135), era caracterizada também por uma actividade intensa de Acção Psicológica por parte da subversão de forma a aliciar a população. A manobra psicológica da FRELIMO assentava sobre a actuação na opinião pública nacional e internacional, com vista a enfraquecer e desgastar o poder português face a comunidade internacional e as populações, visava também fazer crer que a guerra iniciada pelas Forças Armadas Portuguesas era injusta, que a luta levada a cabo pela subversão estava a ter um grande sucesso (Garcia, 2003, p. 231-232).

Em 1971 a subversão vira os seus esforços para o distrito de Tete, com a finalidade de atingir a barragem, e em 1972 é acentuado o esforço neste distrito, abandonando quase por completo as actuações em Niassa, onde se deu primazia a uma actuação mais psicológica. A subversão desenvolvia-se pelos distritos mais pobres do território, o que não afectava nada de significativo na manobra subversiva, esta teve então que alargar a guerra para o interior, e Tete seria a base para esta penetração. A FRELIMO defendia que a maior concentração de população facilitava a expansão subversiva (Garcia, 2003, p.192-193).

Os últimos tempos da guerra foram caracterizados pelo avanço subversivo para sul, com a agitação das populações de origem europeia que viam a guerra a chegar ao pé de si. As forças contra-subversivas encontravam-se na impossibilidade de se opor ao progresso da guerrilha em direcção a sul, devido ao esgotamento dos efectivos e a impossibilidade de reforço dos meios de combate (Afonso e Gomes, 2000, p.137).

#### **4. CONFLITO NO AFEGANISTÃO**

O Afeganistão é um país sem costa marítima, que se situa na Ásia Central, faz fronteira com o Irão, Turquemenistão, Uzbequistão, Tajiquistão, China e Paquistão. O seu território ocupa uma área de 642 090 km<sup>2</sup>, o seu clima é árido e é caracterizado por ter uma grande amplitude de altitudes. Encontra-se dividido em 32 províncias (CIA, 2009).

Devido a sua topografia difícil, com montanhas altas e condições climatéricas extremas, aliadas ao fraco desenvolvimento económico deste país, faz com que este fique isolado tanto a nível internacional como torna também o seu povo inacessível para esforços de governação e controlo centralizado<sup>23</sup> (Baptista, 2006, p.318).

---

<sup>23</sup> Ver Anexo M

Existem três movimentos subversivos a operar no Afeganistão, os Taliban<sup>24</sup>, al-Qaeda e o Hezb-E-Islami Gulbuddin (HIG). Sendo os Taliban os que representam o maior grupo. As ideologias similares entre estes três movimentos permitiram a estes grupos ganhar apoio externo. Sendo o santuário no Paquistão particularmente crítico (Baptista, 2006, p.321; Jones, 2008, pp. 27, 29).

A história do Afeganistão é marcada por guerras sobre o controlo deste território, mais recentemente, no século XX centrou-se essencialmente com as lutas entre russos e britânicos. O Afeganistão conquista a sua independência aos britânicos em 1919, esta breve experiência de democracia acaba em 1973 com um golpe de Estado e em 1979 por um contra golpe comunista. A Rússia não querendo perder a influência no território, leva a cabo uma invasão a este território em 1979, apoiando o regime comunista afegão. A URSS retira-se do Afeganistão em 1989, devido sobretudo à grande pressão internacional, à Perestroika de Gorbachev e as guerrilhas anti-Comunistas mujahedin<sup>25</sup>. Ocorreram depois várias guerras civis que resultaram no aparecimento, em 1995 a sul deste território, do movimento Taliban, um movimento extremista apoiado pelo Paquistão que tinha por objectivo acabar com a guerra civil e a anarquia, formando um governo islâmico unido no Afeganistão (Baptista, 2006, pp.319-321).

Na sequência do 11 de Setembro de 2001, os EUA lançaram uma ofensiva militar, designada de Operação “*Enduring Freedom*”, que derrubou em menos de dois meses o regime Taliban e as forças associadas como a al-Qaeda, culminando com a “*violência e instabilidade que destruíram a infra-estrutura económica e política do país e inflamaram divisões éticas, sectárias e regionais numa nação multi-étnica*” (Carriço, 2009).

Os Taliban tornaram-se assim uma força de infantaria ligeira, visto que foram conduzidos para as regiões montanhosas do Afeganistão e Paquistão, onde não conseguem tirar qualquer vantagem na utilização de equipamento pesado, como por exemplo carros de combate, peças de artilharia, morteiros pesados, entre muito outro material que não possui a mobilidade suficiente para ser empregue nesse tipo de terreno (Metz e Millen, s.d., p.16).

Mas este sucesso inicial, veio a potenciar o desenvolvimento do fenómeno subversivo, pois os Taliban e outros movimentos subversivos iniciaram a desenvolver esforços para derrubar o governo Afegão, que se estabeleceu no fim de 2001. Este, só era capaz de controlar uma pequena parte do território à volta de Cabul, conseguindo exercer pouco controlo sobre as regiões rurais do sul, este, oeste e norte. Segundo um estudo levado a cabo pelo *World Bank*, este concluiu que os principais beneficiários da assistência às populações eram os grandes centros urbanos, o que logicamente veio a formar um sentimento de frustração nas populações rurais, tornando-as ideais para a actuação dos

---

<sup>24</sup> Segundo Pohly e Durán, esta palavra significa “estudante de religião”, que é normalmente associado aos alunos das madrassas (escolas corânicas), é uma facção islâmica ultrafundamentalista (Baptista, 2006, p.321).

<sup>25</sup> Segundo Pohly e Durán, significa “combatente ou guerreiro da jihad”, nome que era dado aos guerrilheiros que combateram a invasão soviética no Afeganistão (Baptista, 2006, p.320).

agentes subversivos, que conseguiram assim espalhar melhor as suas ideologias e conseqüentemente agitar a população. As pequenas escaramuças levadas a cabo pelos Taliban desenvolveram-se para uma subversão. Durante este período, o número de ataques subiu cerca de 400 por cento e o número de mortes subiu mais de 800 por cento (Jones, 2008, pp.7, 20).

Os grupos radicais islamitas orientam-se pelos princípios estratégicos de estabelecer um Estado islâmico no coração do mundo islâmico, de tornar universal o conflito subversivo à luz do pensamento islâmico, levar este conflito para territórios que são considerados inimigos do Islão, seguir as leis do Corão acerca do combate e da mentalização dos seus seguidores, explicar aos muçulmanos moderados e indiferentes que o islão se encontra sobre ataque e mobilizar e responsabilizar todos os muçulmanos para a defesa do Islão (Silva, 2008, p.20).

A principal motivação dos líderes insurgentes no Afeganistão é a ideologia, estes querem derrubar o governo e modifica-lo por um baseado na interpretação extremista do islão (Jones, 2008, p.9). No ponto de vista ideológico, os movimentos subversivos no Afeganistão são adeptos do neo-salafismo, ou o regresso às origens. No caso dos Taliban, estes implementaram no Afeganistão uma corrente mais extremista do Islamismo, tentando impedir o progresso do mundo moderno no território, ao tentarem recriar a situação existente na Arábia no século VII, defendendo que o Islão é o único sistema de governo, considerando a democracia proibida, a sua ideologia também é contrária aos direitos humanos (Silva, 2008, pp.22-23; Metz e Millen, s.d., p.14).

A nível organizacional, existe uma aliança entre as principais chefias da al-Qaeda e dos Taliban, procurando seguir os mesmos princípios estratégicos referidos anteriormente. *“Julga-se que a liderança operacional da al-Qaeda e dos Taliban, tem flexibilidade e fluidez”* (Silva, 2008, p.22), pois estes conseguem movimentar-se pelo Médio Oriente com uma facilidade surpreendente, dispendo de santuários em diversos Estados desta região. Isto é demonstrado com a manutenção da capacidade operacional da subversão, que continua a desencadear acções terroristas e de guerrilha nos últimos anos apesar da reacção internacional a nível militar e social, proveniente de muitos países e organizações (The Brookings Institution, 2007, p.6).

A organização dos Taliban centra-se na *“shura”*<sup>26</sup> que inclui as estruturas da liderança e os comandantes. A *“shura”* está dividida numa série de comités funcionais: militar, propaganda, finanças, religioso, político e administrativo (Jones, 2008, p.30)

Estas organizações mostram também que são capazes de mudar a própria liderança operacional, dispendo assim de uma capacidade de regeneração que se estende aos próprios líderes (Silva, 2008, p.22). Quanto mais se aumenta a pressão aos movimentos

---

<sup>26</sup> Em árabe significa “consulta”, e inclui o dever dos líderes perante a lei islâmica de consultar os seus subordinados quando toma decisões (Jones, 2008, p.30).

subversivos – destroem as suas células e se capturam os seus líderes – mais rápido se transformam estes movimentos de forma a conseguirem sobreviver (Rashid, 2002, p.1)

Estes movimentos subversivos tem uma facilidade de actuação impressionante pois as mudanças estruturais, como a queda de um regime, neste caso em específico, dos Taliban, criaram as condições para o aparecimento da anarquia dentro do Estado. O governo não é capaz de providenciar os serviços essenciais para a população.

A corrupção existente no seio do governo afegão dificultou a capacidade de reunir o apoio da população, o que por sua vez, vai aumentar o apoio às forças subversivas. A incapacidade do poder em controlar o território criou oportunidades aos insurgentes, pois quanto maior for a falta de autoridade numa região, mais vulneráveis ficam as populações para aqueles que procuram estabelecer um governo alternativo (Jones, 2008, p.16-18). Isto é visível principalmente a sul do Afeganistão, onde se encontram as principais zonas que registam as maiores actividades subversivas.

Os santuários no Paquistão foram críticos para o início da subversão. Nesse território os Taliban foram capazes de desenvolver as suas estratégias, recrutar novos membros, contactar os apoios externos necessários, gerar fundos e estar a salvo das operações de combate dos EUA e das forças OTAN (Jones, 2008, p.33). Estes santuários conseguiram florescer devido às operações militares mal sucedidas por parte do governo paquistanês e à falta de uma política que consiga responder a esta ameaça. Isto permitiu aos Taliban consolidar um santuário nas montanhas do Waziristão, conseguindo assim espalhar a sua influência nos Estados vizinhos (ICG, 2006, p.27).

Em 2003 as forças subversivas tinham aberto caminho para as zonas rurais no sul e este do território, algumas das populações cooperavam, outras eram coagidas a tal. Em 2005 aumentou o nível de penetração dos Taliban nas áreas rurais, as populações garantiam segurança e apoio à subversão, apesar de no início estas apoiarem o governo vigente, mas sem a ajuda deste, as populações começaram a virar-se para os insurgentes. No ano seguinte os movimentos subversivos afegãos tinham desenvolvido relações próximas com os movimentos Iraquianos, permitindo a troca de informação sobre as suas tácticas. Durante este período de tempo os ataques suicidas, principalmente nas grandes cidades como Cabul e Candahar, aumentaram bastante, passando de apenas um em 2002 para cento e quarenta em 2007 (Jones, 2008, pp.33-36).

Actualmente, 13 das 32 províncias do Afeganistão são consideradas perigosas<sup>27</sup> para os trabalhadores da ONU e das ONG, diminuindo assim a capacidade do governo se legitimar (Carriço, 2009). Os guerrilheiros dos Taliban sabem que muitos dos países da OTAN contribuem apenas com meios para a reconstrução, testando assim o empenhamento da Aliança (Rashid, 2007, p.1).

---

<sup>27</sup> Ver Anexo F

Apesar das forças da OTAN e dos EUA terem morto centenas de Taliban, não há nenhum fim rápido para a subversão em mãos, pois os Taliban trocaram rapidamente e eficazmente dos ataques frontais em massa contra as posições inimigas, para ataques de um só homem nas cidades afegãs (Rashid, 2006a, p.1).

#### 4.1 Análise comparativa

Nesta parte do trabalho vamos expor, tendo por base o nosso ponto de vista e o estudo levado a cabo nos capítulos anteriores, quais as semelhanças e diferenças entre a guerra Colonial portuguesa de 1961 a 1974 e o conflito que deflagra no Afeganistão desde 2001 até ao presente<sup>28</sup>.

No que diz respeito as diferenças:

- Em primeiro lugar é necessário referir que existem diferenças significativas quanto a realidade social na década de 60 nos países africanos e na actualidade na Ásia. No primeiro caso as colónias portuguesas iniciaram a sua ideologia subversiva depois de começarem a tomar consciência que muitos dos países africanos eram independentes, havia uma necessidade por parte das populações colonizadas de adquirirem a sua própria identidade nacional, de criar a sua própria sociedade. Existia um sentimento emancipalista de constituir um Estado livre dos colonizadores.

No Afeganistão existe uma ideia de destruição social, onde a ideia predominante é a aplicação a nível extremo das leis do Islão, ao contrário das ideologias da Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, onde se pretendia construir um Estado onde todas as pessoas pudessem ser livres, no Afeganistão existe uma ideologia retrógrada em relação aos direitos humanos, onde estes são violados constantemente.

- O mundo também apresenta diferenças a nível de concentração de poderes, depois da II Guerra Mundial inicia-se a “guerra fria”, e o poder encontra-se dividido, entre os EUA e a URSS. Estes foram conduzindo as suas políticas e estratégias dentro dos conceitos de um mundo bipolar, apoiando os Estados que se estavam a revoltar contra os países colonizadores da altura.

Na persecução dos seus interesses e objectivos, ambos conheciam os seus limites, ou seja, as áreas de influência estavam delimitadas. Existia um maior apoio ao fenómeno subversivo a nível de meios, materiais e até a ideologias.

---

<sup>28</sup> De forma a conseguir analisar melhor os TO agregamos o TO da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique num só. Desta forma conseguimos analisar a guerra colonial num conjunto, de forma a poder compara-la com o Afeganistão.

No século XXI, depois da queda da URSS, os EUA passaram a ter a hegemonia a nível mundial, dá-se o ressurgimento dos nacionalismos e fundamentalismos em oposição às discussões ideológicas, permitindo assim o aparecimento de movimentos como os Taliban.

- As divergências entre os movimentos subversivos afectou a eficiência em África, os constantes atritos entre os movimentos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau reduziram a capacidade de conduzir a guerra de forma convincente.

A morte de Amílcar Cabral em 1971 desferiu um crúde golpe ao PAIGC, ele era o “cérebro” por detrás da subversão guineense e o responsável pela manobra subversiva que mais afectou os portugueses no ultramar. Em Angola o conflito entre a UNITA e o MPLA fez com que a actividade inimiga em certas áreas fosse substancialmente reduzida ou até mesmo nula. Em Moçambique apesar de não muito visíveis também existiam atritos entre os movimentos subversivos.

Caso que não acontece no Afeganistão, onde os grupos como os Taliban, al-Qaeda e HIG, devido à cultura islâmica optam por se unir e combater lado a lado se necessário, trocando experiências e conhecimentos, guiados por vários princípios estratégicos, que giram a volta da expansão do Islão. O que torna muito mais eficazes as acções subversivas neste território e dificulta a destruição destes grupos.

- De acordo com o desenvolvimento do fenómeno subversivo, e das cinco fases que o compõem, podemos afirmar que apenas na Guiné-Bissau se começou a transitar da terceira fase (guerrilha), para a quarta fase (Estado subversivo), ou seja, já existiam bases dentro do território da Guiné-Bissau onde se ensinavam as populações, se improvisavam hospitais e a força de guerrilha do PAIGC já se começava a transformar num exército regular, levando a cabo combates contra as forças portuguesas.

No que diz respeito ao combate em Angola, Moçambique e Afeganistão, até ao presente, a subversão não passou da terceira fase. Os movimentos subversivos nunca conseguiram ultrapassar a luta através da guerrilha ou do terrorismo.

- Um dos factores que auxiliou bastante os movimentos subversivos na guerra Colonial foi o facto de estes serem reconhecidos internacionalmente pela ONU. Isto permitiu um maior apoio a estes movimentos e a consequente ideia a nível internacional de que as acções praticadas por estes grupos eram justas, por outro lado, as acções dos portugueses eram criticadas e até reprimidas, permitia também uma maior liberdade de acção.

No caso do Afeganistão, os Taliban e os restantes movimentos são atacados pelas suas acções e objectivos pela maior parte da comunidade internacional. Estes só são reconhecidos pelos seus pares extremistas. O que logicamente os torna um alvo constante, sendo tomadas todas as acções possíveis para destruir estes movimentos.

No que diz respeito as semelhanças:

- Em ambos os TO existem áreas no território que são de uma dificuldade extrema para a aplicação de forças militares convencionais, o que coloca em vantagem as forças subversivas, pois estas são compostas maioritariamente por forças ligeiras com grande mobilidade e velocidade, ideais para o tipo de terreno restritivo. Através deste terreno difícil os grupos conseguem infiltrar-se a grandes distâncias, pois é difícil a sua detecção e a sua interdição.

As regiões isoladas também se mostram proveitosas para os insurgentes, pois a dispersão das populações, o facto de estas serem muita das vezes nómadas torna difícil a protecção destas e conseguir mantê-las sobre o controlo da contra-subversão. O que era visível nos territórios ultramarinos nas selvas, nos inúmeros rios e ribeiros, nos pântanos e nas zonas densamente arborizadas. No Afeganistão é perceptível pelas suas zonas desérticas e as suas montanhas que ocupam a maior parte do território menos a região central e a sudoeste, estas são dominadas por planícies.

- Um dos aspectos similares em ambos os conflitos é o facto de estes serem constituídos maioritariamente por populações pobres, estas vivem com um rendimento baixo, vivem muitas vezes sem acesso às condições essenciais como a água, luz e até mesmo esgotos. Muitas vezes são esquecidas pelo poder, e só se desenvolvem as áreas a volta dos centros urbanos.

As regiões isoladas só são alvo de preocupação nos casos que foram estudados previamente, quando se começa emergir o sentimento de revolta, pois a contra-subversão necessita de ganhar os “corações” das pessoas e evitar que estas sejam atraídas pela ideologia subversiva. Nisto se explica o crescimento económico nas antigas colónias<sup>29</sup>, e a ajuda prestada ao Afeganistão<sup>30</sup> depois da operação “Enduring Freedom” durante o conflito levado a cabo pelos movimentos subversivos.

A população que é marginalizada vai criar no seu seio animosidade em relação ao poder vigente que pode ser utilizada por parte da subversão. Os insurgentes conseguem assim agitar essa população, levando à instabilidade no território, o que é visível em ambos os TO nas regiões isoladas das montanhas do Afeganistão, ao interior de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

- O apoio externo é um dos factores de elevada importância na subversão. Graças aos santuários que se encontram fora do território onde se desenrola o conflito, os

---

<sup>29</sup> Em Angola o produto *per capita* (em dólares americanos) subiu de 161 em 1962 para 333 em 1970, na Guiné de 166 em 1962 para 258 em 1970 e em Moçambique 121 em 1962 para 228 em 1970, o que demonstra uma clara preocupação pelo bem-estar da população (Cann, 2005, p.32).

<sup>30</sup> Até 2008 foram prometidos ao governo Afegão cerca de 8,9 biliões de dólares em ajuda para o desenvolvimento do território (CSIS, 2008, p.6).

movimentos insurgentes podem criar bases de onde podem treinar as tropas, difundir ideologias, estabelecer os órgãos administrativos, etc.

Em África, Angola contava com o apoio de estados vizinhos como o antigo Congo Belga e a Zâmbia, na Guiné-Bissau existia o Senegal e em Moçambique a Tanzânia e a Zâmbia. O apoio externo aos grupos que actuavam nestes países era prestado também por países como a antiga URSS, China, EUA, Algéria entre muitos outros, tanto a nível de financiamento, ideologias, treino militar, como a nível de meios e material necessário para levar a cabo uma luta armada, sem estes apoios, os grupos subversivos que actuavam na altura, não tinham possibilidades de conduzir uma operação com grandes probabilidades de sucesso.

Já no Afeganistão este conta maioritariamente com os santuários no Paquistão, que permite aos Taliban refugiar-se dos ataques por parte da OTAN e dos EUA, impossibilitando assim a sua destruição total, o que aconteceria caso estes apenas se encontrassem em território afegão. Permite também como em África o treino das unidades, a actuação segura por parte dos órgãos de administração, pois não existindo receio de um eventual ataque por parte das forças contra-subversivas, estes podem actuar com uma maior liberdade de acção.

- Apesar de passadas várias décadas, o tipo de luta, utilizando a subversão continua a ser uma arma bastante eficaz. É a única técnica onde se conseguem mostrar resultados quando nos encontramos numa realidade assimétrica, através de uma guerra de desgaste. Tanto os Taliban, como a UPA, FRELIMO, PAIGC, entre outros, tentam cumprir os seus objectivos estratégicos, através desta forma de luta.

É a única forma dos mais fracos conseguirem levar a sua vontade a avante contra um adversário mais forte. Considerando que hoje, não é possível a nenhum poder estatal enfrentar simetricamente os EUA e tendo em conta que a dissimetria necessita de uma estratégia genética que, só está ao alcance dos Estados, ao contrário da assimetria, que está ao alcance de grupos não estatais.

## CONCLUSÕES

Na era da globalização, marcada pela hegemonia dos EUA, não existe ninguém capaz de fazer face à sua superioridade militar. Não existe poder que consiga desafiar o domínio militar Norte-americano para um confronto directo. Assim a única estratégia possível para um Estado, movimento ou até organização conseguir afrontar os EUA num conflito armado é através da subversão, com a sua guerra de longa duração e desgaste.

Isto também se verificou nas guerras de libertação em África durante o período colonial, referenciando apenas o caso português, os movimentos subversivos na Guiné, Angola e Moçambique não possuíam o potencial militar necessário para levar a cabo uma guerra directa com os portugueses optando assim por uma estratégia subversiva, tal como se sucede agora no Afeganistão.

Assim podemos confirmar a primeira hipótese levantada: o actual TO no Afeganistão possui muitas semelhanças com o TO da guerra colonial Portuguesa de 1963-1974 em termos de subversão, pois, tanto no Afeganistão como nas antigas colónias portuguesas, apesar de serem de origem diferente, ambos os tipos de terreno satisfazem o seu objectivo que é ocultar e dificultar a detecção das forças subversivas. São caracterizados por possuírem um terreno restritivo, seja, através das zonas montanhosas e áridas no Afeganistão, ou as matas e selvas densamente arborizadas em África.

As populações em ambos os TO, na sua maioria, são muito pobres e encontram-se divididas por muitos grupos étnicos, o que dificulta bastante a manobra contra-subversiva, e facilita a subversão no que diz respeito à obtenção de apoio por parte desta. A população que se encontre numa situação de carência e que não receba apoios a nível socioeconómico por parte do poder, pode ser facilmente manipulada pelos agentes subversivos, sendo assim mais fácil virar a população para o seu lado, quer seja através de táticas amistosas ou através do terror.

A segunda hipótese levantada foi parcialmente confirmada: manobra subversiva utilizada pelos insurgentes no Afeganistão é similar à utilizada nas colónias Portuguesas. Existirem semelhanças, como o apoio externo recebido pelos movimentos subversivos, logicamente com diferenças a nível de contribuições tanto a nível material, meios e monetário, com os movimentos das antigas colónias ultramarinas a receberem um apoio superior aos dos actuais Taliban, mas em ambos os conflitos existir um apoio, prestado a um nível externo, que permitiu manter em “marcha” a manobra subversiva e a presença de santuários que permitiam aos insurgentes resistirem fora da zona de conflito. Existem também diferenças, como o facto de que os movimentos subversivos em África eram reconhecidos pela ONU, sendo até enviados observadores para avaliar as condições em que os movimentos operavam, isto permitiu uma maior liberdade de acção e o reconhecimento a nível mundial que a luta que estes estavam a levar a cabo era justa. Tal

não acontece no Afeganistão, onde os Taliban são condenados pela comunidade internacional e perseguidos até ao seu desmembramento.

As ideologias também se mostram bastante diferentes, com as guerras de libertação nacional em África, onde o ideal era a emancipação do território das forças colonizadoras e a implementação de um Estado com ideais democráticos onde todos fossem tratados de forma igual. No Afeganistão, existe também um ideal de expulsar as forças ocupantes, mas com o objectivo de implementar um estado islâmico onde são negados os direitos básicos dos indivíduos.

A divergência entre os movimentos em África afectou bastante o desempenho destes. Tal não é visível no Afeganistão, onde os movimentos trabalham em prole do seu objectivo comum, conseguindo assim atingir uma maior eficácia.

A última hipótese levantada com o trabalho é confirmada parcialmente: o fenómeno subversivo tem-se mantido imutável desde a guerra colonial portuguesa de 1961-1971 até ao presente conflito no Afeganistão. Pois apesar da realidade internacional, no que diz respeito ao poder e às sociedades, se deparar muito diferente dos tempos da guerra colonial portuguesa, a manobra subversiva ainda encontra locais onde se desenvolve com condições próximas do ideal, seguindo alguns dos preceitos assimilados com as guerras passadas, da mesma tipologia. Onde o controlo da população e da opinião pública é o centro de gravidade para este tipo de confronto. O seu controlo é fundamental para se levar a cabo uma manobra subversiva, ou contra-subversiva eficaz.

Apesar de os portugueses possuírem cinco manuais bastante bons sobre a guerra de subversão e as formas de a impedir, é necessário rever estes cinco manuais de forma a conseguir responder aos novos desafios actuais, onde estamos perante uma realidade em que já não existe a “guerra fria”, nem os ideais revolucionários.

Estamos perante a presença de movimentos subversivos onde impera uma ideologia à base de nacionalismos e fundamentalismos religiosos, onde parece prevalecer uma certa falta de ética para com o Homem e apoiadas por um uso recorrente ao terror para motivar as populações. Ao contrario do passado onde sobressaia um ideal com aspirações de liberdade e rotura com os poderes coloniais - um ideal de revolução.

Se filtrarmos todos estes aspectos, obtemos a única coisa que realmente se tem mantido intemporal para a manobra subversiva que é a conquista do poder.

Numa investigação futura seria interessante comparar o conflito que opôs os Taliban à URSS na década de 80, e o actual conflito no Afeganistão, com vista a compreender melhor se existem semelhanças e quais as diferenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

- ANTUNES, José Freire (1995). *A Guerra de África 1961-1974* (Vol. I e II). s.l. : Circulo Leitores.
- ALVES, Lopes (1998). *Estratégia – Panorama geral da sua teoria*. Lisboa: Don Quixote.
- CANN, John P. (2005). *Contra-Subversão em África – Como os portugueses fizeram a guerra em África (1961-1974)*. Lisboa: Prefácio.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS de ÁFRICA (CECA) (2006). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 6º volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – Livro 2 (1º Edição). Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (CECA) (1990). Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974). Lisboa. Estado-Maior do Exército.
- COUTO, Abel Cabral (1989). *Elementos de estratégia - apontamentos para um curso* (Vol. II). Instituto de Alto Estudos Militares.
- GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise global de uma guerra – Moçambique (1964-1974)*. Lisboa: Prefácio
- GIAP, Vo Nguyen (2005). *Manual de Estratégia Subversiva* (Estudo Introdutório – Francisco Proença Garcia). Lisboa, Edições Sílabo.
- HEADQUARTERS DEPARTMENT OF THE ARMY (2006). *Field Manual 3-24, Counterinsurgency*. Washington DC: s.e.
- POLICARPO, Fernando (2006). *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África – Guiné 1963 – 1974* (Volume 21). Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2006). *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África – Angola 1961 – 1974* (Volume 22). Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- TOUNG, Mao Tse (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva* (Estudo Introdutório – General José Alberto Loureiro dos Santos). Lisboa, Edições Sílabo.
- VAZ, Nuno Mira (2003). *Guiné – 1968 e 1973 – Soldados uma vez, sempre Soldados!* Lisboa: Tribuna

### Publicações Periódicas

- ALVES, Lopes (1992). *O fenómeno subversivo e contra-subversivo. Aspectos político-estratégicos nos primórdios de noventa e dois*. Revista Militar, Lisboa: N°3, Março, pp. 139 - 171.
- BAPTISTA, Paulo (2006). *Afeganistão – uma análise geopolítica: reflexões sobre a questão da paz e da guerra*. Revista Militar, Lisboa: N°4, Abril, pp.313 – 359.

JONES, Seth G. (2008). *The Rise of Afghanistan's Insurgency: State Failure and Jihad*. In *International Security*, Vol. 32, No. 4, pp. 7–40.

SILVA, Manuel da (2008). *O Afeganistão e a evolução do radicalismo islamita: de 2001 à actualidade*. *Jornal do Exército*, Lisboa: Parte 3: Nº571 (Março), pp. 20 – 25.

### **Documentos Electrónicos**

*Country Profile: Burma*. BBC News. Recuperado em 16 Junho, 2009, em [Http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/country\\_profiles/1300003.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/country_profiles/1300003.stm)

LAWRENCE, Thomas Edward (2009). *The evolution of a revolt*. In, *The army quarterly*. CSI Reprint (Trabalho Original de 1920). Recuperado em 14 Junho, 2009. <http://www-cgsc.army.mil/carl/resources/csi/Lawrence/lawrence.asp>

METZ, Steven, MILLEN, Raymond (2004). *Insurgency and counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualizing threat and response*. Strategic Studies Institute: U.S. Army War College. Recuperado em 8 de Junho, 2009. [Http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=586](http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=586)

MANWARING, Max G. (2004). *Shadows of the things past and images of the future: Lessons for the insurgencies in our mist*. Strategic Studies Institute: U.S. Army War College. Recuperado em 8 de Junho, 2009. [Http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=587](http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=587)

RASHID, Ahmed (2002). *Al-Qa'eda Has Learnt To Adapt In Adversity*. Daily Telegraph. Recuperado a 20 Julho, 2009. <http://www.ahmedrashid.com/publications/afganistan/articles/>

RASHID, Ahmed (2006). *How to turn the tide in Afghanistan*. International Herald Tribune. Recuperado a 20 Julho, 2009. [Http://www.ahmedrashid.com/publications/afganistan/articles/](http://www.ahmedrashid.com/publications/afganistan/articles/)

RASHID, Ahmed (2007). *Taliban Takeover of Town Could Mark Start of Military Offensive*. Eurasian Net. Recuperado a 20 Julho, 2009. [Http://www.ahmedrashid.com/publications/afganistan/articles/](http://www.ahmedrashid.com/publications/afganistan/articles/)

CARRIÇO, Manuel Alexandre G. (2006). *Os novos desafios político militares da NATO no Afeganistão*. *Revista Militar*, Lisboa. Recuperado em 02 de Julho, 2009. [Http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=438](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=438)

### **Teses**

ANTUNES, João Nuno Jorge Vaz (2003). *As ameaças assimétricas e a importância das informações. Subsídios para a reorganização das informações militares*, Trabalho individual de longa duração – Curso Superior de Comando e Direcção (2002-2003). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CANONICO, Peter (2004). *An alternative military strategy for the war on terrorism*. Montrey: Naval Postgraduate School.

GARCIA, Francisco Proença (2005). *Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais*, Trabalho individual de longa duração – Curso de Estado Maior (2004-2006). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

RIBEIRO, Alexandre A. Faria (2003). *O terrorismo e a manobra subversiva à escala internacional. Medidas de segurança a implementar pelos Estados*, Trabalho individual de longa duração – Curso de Estado Maior (2002-2004). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

### **Documentos Oficiais**

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (1963a). *O Exército na guerra subversiva I - Generalidades*. Lisboa. Reservado.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (1963b). *O Exército na guerra subversiva – III Acção Psicológica*. Lisboa. Reservado.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (1966). *O Exército na guerra subversiva II – Operações contra bandos armados e guerrilha*. Lisboa. Reservado.

NATO STANDARDIZATION AGENCY (NSA) (2008). *AAP-6(2008) - NATO Glossary of terms and definitions (English and French)*. North Atlantic Treaty Organization.

### **Outros Documentos**

METZ, Steven, MILLEN, Raymond (s.d.). *Insurgency In Iraq And Afghanistan: Change And Continuity*. Strategic Studies Institute: U.S. Army War College.

THE BROOKINGS INSTITUTION (2007). *NATO's big mission: The United States, Europe and the challenge of Afghanistan*. Washington, D.C.:s.e..

NATO/OTAN (2009). *Afghanistan Report 2009*. Bruxelas: NATO Public Diplomacy Division.

## ANEXOS

### ANEXO A – Mapas de Angola



Figura 1: Mapa das principais cidades de Angola e os países limítrofes

Fonte: [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate\\_AO.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate_AO.html)

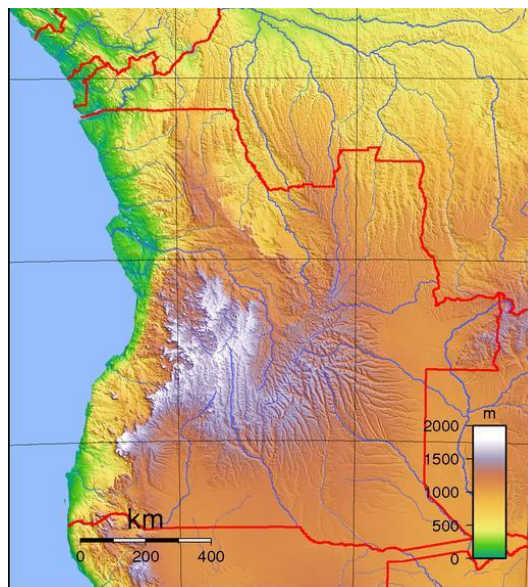


Figura 2: Relevo e hidrografia de Angola

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola\\_Topography.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola_Topography.png)

## ANEXO B – Mapas da Guiné-Bissau



Figura 3: Mapa das principais cidades da Guiné-Bissau e países limítrofes

Fonte: [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate\\_PU.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate_PU.html)

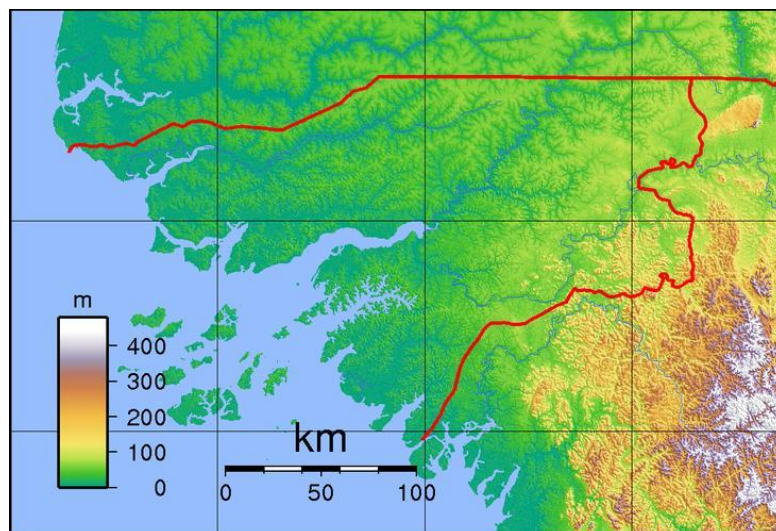


Figura 4: Relevo e hidrografia da Guiné-Bissau

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Guinea-Bissau\\_Topography.png](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Guinea-Bissau_Topography.png)

## ANEXO C – Mapas de Moçambique



Figura 5: Mapa das principais cidades de Moçambique e países limítrofes

Fonte: [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate\\_MZ.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate_MZ.html)

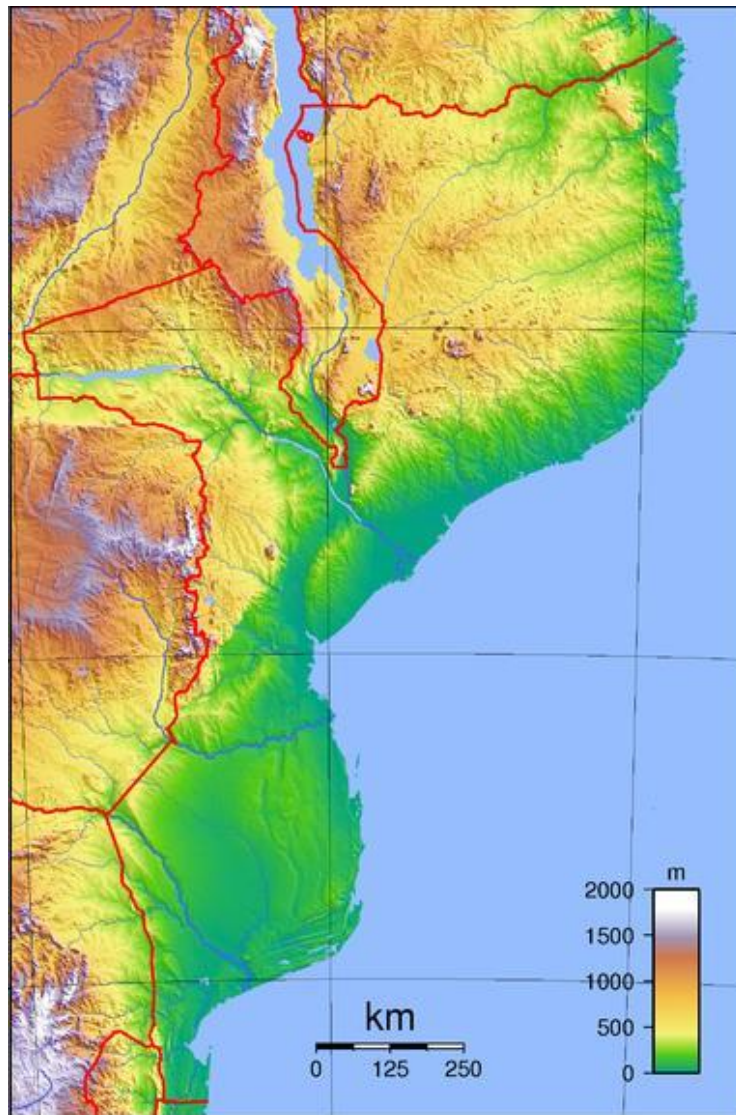


Figura 6: Relevo e hidrografia de Moçambique

Fonte: [Http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mozambique\\_Topography.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mozambique_Topography.png)

## ANEXO D – Mapas do Afeganistão



Figura 7: Mapa das principais cidades do Afeganistão e países limítrofes

Fonte. [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate\\_AF.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate_AF.html)

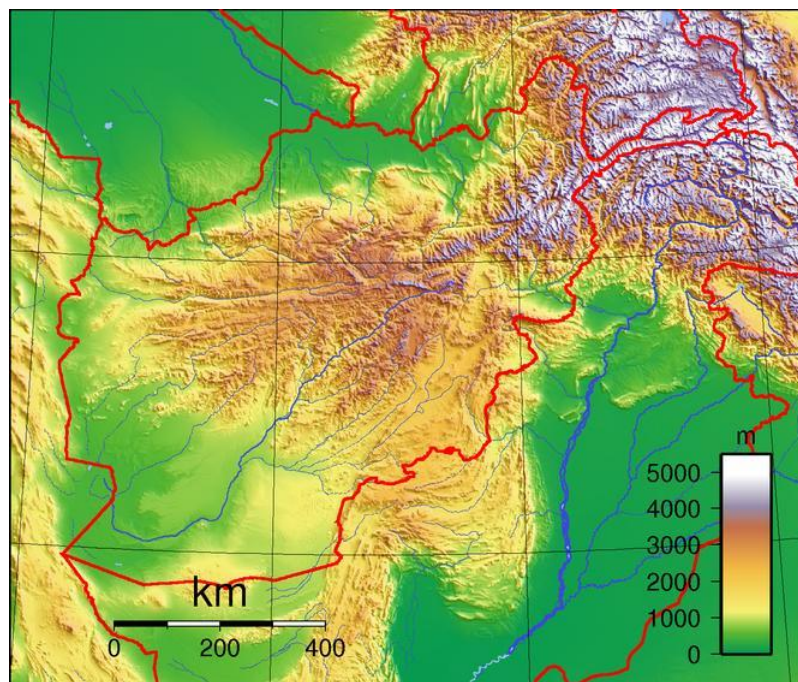


Figura 8: Relevo e hidrografia do Afeganistão

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Afghanistan\\_Topography.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Afghanistan_Topography.png)

## ANEXO E – Mapas relativos à segurança no Afeganistão

Segundo o relatório da OTAN sobre o Afeganistão, de 2009, este mapa representa as zonas onde a ONU têm acessibilidade, sendo as regiões que se encontram a verde, as áreas seguras onde estão a ser levados a cabo os esforços principais no que visa ao desenvolvimento. A amarelo as áreas críticas onde estão a ser aplicados os esforços para conseguir levar a presença do governo. E por fim a vermelho são as áreas inseguras onde está a ser aplicado o esforço na segurança.

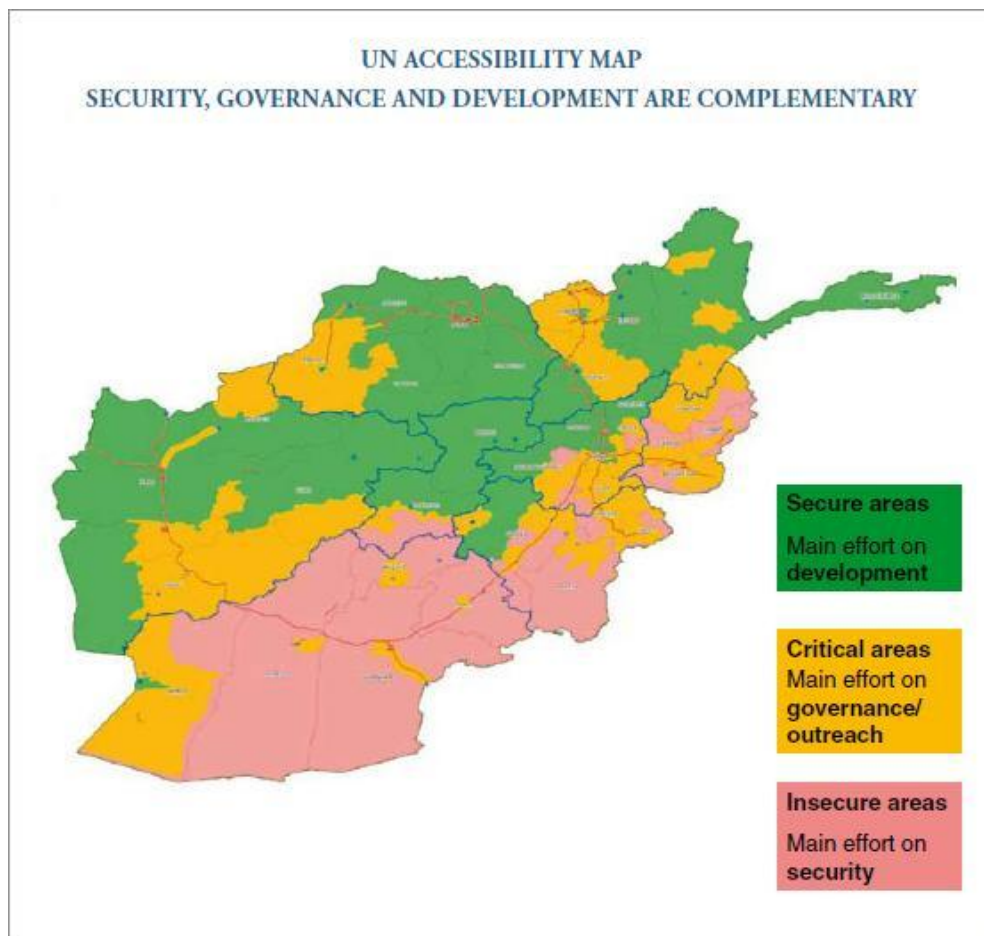


Figura 9: Mapa da acessibilidade da ONU

Fonte: OTAN, 2009, p.26

Este mapa representa um sumário no que diz respeito à segurança no Afeganistão. As áreas dentro do território afegão que se encontram a branco representam locais onde apenas ocorreram zero ou cinco eventos, no que diz respeito à actividade subversiva, num espaço de 400 km<sup>2</sup>. A verde, seis a quinze eventos; a amarelo, dezasseis a cinquenta; a laranja, cinquenta e um a cem; e por fim a vermelho de cento e um para cima.

Apresenta também factos como os números das vítimas civis, causadas pelo conflito, subirem de 40 por cento para 56, o facto de ter aumentado em 33 por cento os incidentes no que diz respeito à segurança, etc.

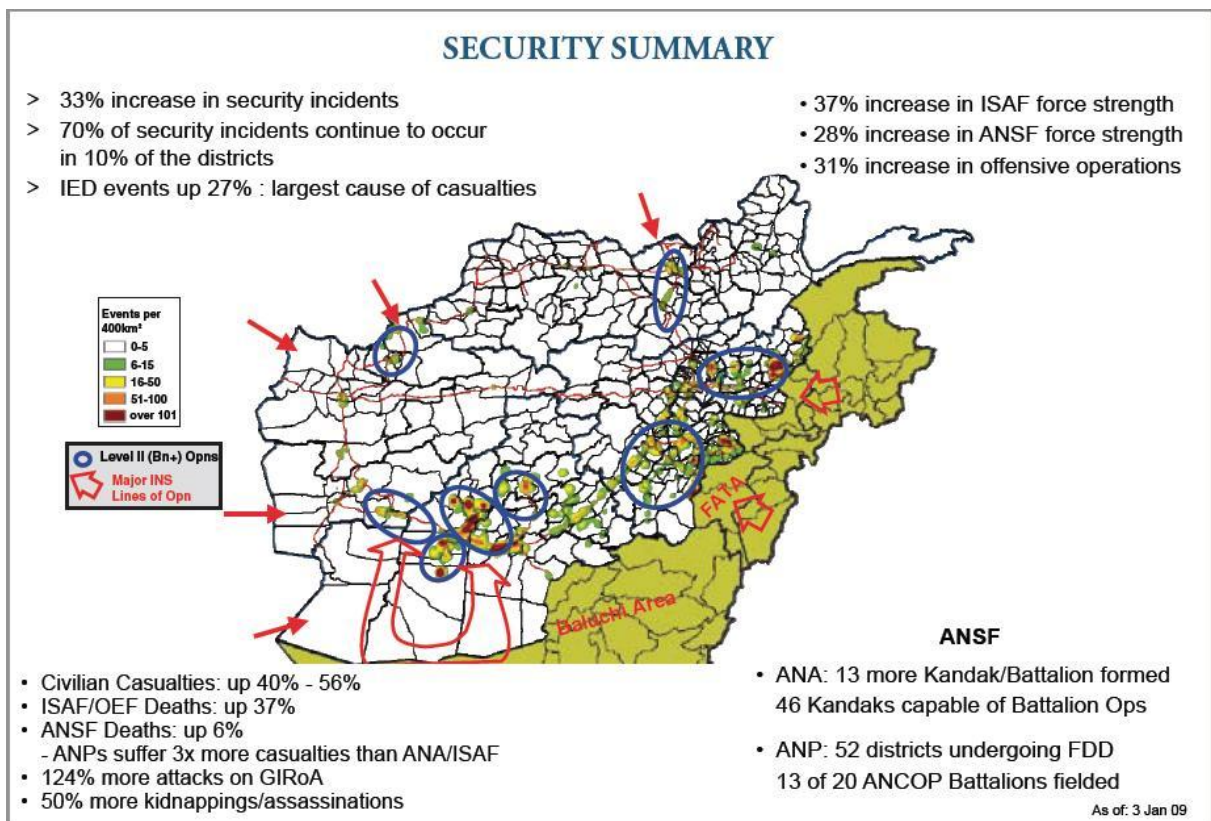


Figura 10: Mapa do Sumário da Segurança no Afeganistão

Fonte: OTAN, 2009, p.9